



Fundação Perseu Abramo
Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais
Programa de Mestrado Profissional

SÉRGIO RICARDO ARCAS DE ABREU

ECONOMIA SOLIDÁRIA E ECONOMIA FEMINISTA:
UM DIÁLOGO NECESSÁRIO

SÃO PAULO

2017

SÉRGIO RICARDO ARCAS DE ABREU

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E ECONOMIA FEMINISTA:
UM DIÁLOGO NECESSÁRIO**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas, Fundação Perseu Abramo e Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^ª. Ana Luíza Matos de Oliveira.

SÃO PAULO

2017

DEDICATÓRIA

Em memória de minha mãe,
Maria Guilhermina Arcas de Abreu e
de meu pai, Jorge Barbosa Ribeiro de Abreu.
Com eles aprendi, na caminhada da vida,
que vale a pena viver por um sonho e
lutar por um mundo melhor!

AGRADECIMENTOS

Ao iniciar os agradecimentos ressoa dentro de mim a canção de Violeta Parra, interpretada pela inesquecível Mercedes Sosa. São elas duas grandes cantoras latino-americanas e que, com suas canções, dão voz ao sentimento do povo do nosso Continente na busca de vida para todas e todos. *Gracias a la vida que me ha dado tanto...*

Gracias a la vida... pela oportunidade que a Fundação Perseu Abramo e a Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais me proporcionaram de fazer este Mestrado Profissional em Estado, Governo e Gestão de Políticas Públicas. Pelas professoras e professores que compartilharam conosco seus conhecimentos e reflexões críticas sobre a gestão pública a partir dos princípios do projeto democrático popular. À Júlia Tibiriça, nossa monitora, sempre presente nos auxiliando nos encaminhamentos necessários. À Professora Ana Luíza Matos de Oliveira, minha orientadora, que compartilhando seu saber, sendo minuciosa e dando boas sugestões, fez com que nosso trabalho chegasse a bom termo.

Gracias a la vida... pelas companheiras e companheiros da Turma 2 do mestrado, que com a experiência de militância e de gestão pública, proveniente de 9 estados do Brasil, fizeram com que as discussões e debates em aula fossem enriquecidos e enriquecedores para a busca de uma maior e melhor qualificação de nossa parte, tendo em vista que possamos implementar políticas públicas que garantam os direitos da população, em especial, que venham de fato a colaborar na transformação das relações, tornando-as mais igualitárias do ponto de vista de gênero, raça/etnia, classe social, geração, orientação sexual, etc.

Gracias a la vida... pela contribuição do Movimento de Economia Solidária na busca de uma outra forma de economia, que possibilite a geração de renda e a inclusão social e produtiva de mulheres e homens, na busca da garantia de direitos, cidadania e justiça social. Pela crítica do Movimento Feminista e da Economia Feminista às desigualdades, que muitas vezes se reproduzem no interior dos Empreendimentos Econômicos Solidários e por sua contribuição na reflexão e na ação em vista de um diálogo para que possamos superar as desigualdades e construirmos novas relações, dentro e fora da Economia Solidária.

Gracias a la vida... por tantas pessoas, mulheres e homens, que ao longo desse tempo de estudo e reflexão foram caminhantes comigo, colaborando de diversas formas: indicando artigos, textos, vídeos, livros que me subsidiaram na elaboração do trabalho que ora apresento. Um obrigado especial ao Jello Mudri, companheiro de caminhada de longa data, que nesse período me acompanhou, incentivou, foi paciente com as várias horas diante do computador para que eu conseguisse terminar o trabalho dentro do prazo e me animou quando as forças pareciam se esgotar.

Enfim, só me resta dizer *gracias a la vida que me ha dado tanto!*

“A economia solidária é um terreno privilegiado
para exercitarmos novas práticas
e proporcionarmos vivências de igualdade
e de autonomia para as mulheres”.

Miriam Nobre

RESUMO

A política de Economia Solidária tem sido uma estratégia de enfrentamento dos processos de exclusão social e de precarização do trabalho (degradação das condições de trabalho e retirada dos direitos dos trabalhadores/as) que acompanham o desenvolvimento do capitalismo nos últimos dois séculos (produzir riqueza gerando miséria). A Economia Feminista busca dialogar com a Economia Solidária no sentido de construir um novo modelo, que rompa com os padrões econômicos vigentes dentro do modelo patriarcal que estabelece hierarquias entre as atividades desenvolvidas por ambos os sexos. Pensar a política pública de Economia Solidária a partir dos pressupostos da Economia Feminista, da divisão sexual do trabalho, da produção e reprodução deve ser um instrumento de análise para abordar o problema da mudança, do rompimento da lógica que vem reforçando as desigualdades de gênero e, conseqüentemente, a opressão das mulheres, também dentro dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Este trabalho busca apresentar a discussão entre Economia Solidária e Economia Feminista no sentido da inserção das mulheres na Economia Solidária, e como essa inserção pode representar uma possibilidade para a busca da igualdade de gênero. Também busca visibilizar as dificuldades, no interior da Economia Solidária, para que ela consiga superar as relações desiguais entre as mulheres e homens e a reprodução da divisão sexual do trabalho.

PALAVRAS CHAVE:

Economia Solidária. Economia Feminista. Inclusão Social e Produtiva. Mundo do Trabalho. Divisão Sexual do Trabalho. Relações de Gênero.

RESUMEN

La política de Economía Solidaria ha sido una estrategia de enfrentamiento de los procesos de exclusión social y de precarización del trabajo (degradación de las condiciones de trabajo y retirada de los derechos de los trabajadores/as) que acompañan el desarrollo del capitalismo en los últimos dos siglos (producir riqueza generando miseria). La Economía Feminista busca dialogar con la Economía Solidaria en el sentido de construir un nuevo modelo que rompa con los patrones económicos vigentes dentro del modelo patriarcal que establece jerarquías entre las actividades desarrolladas por ambos sexos. Pensar la política pública de Economía Solidaria a partir de los presupuestos de la Economía Feminista, de la división sexual del trabajo, de la producción y reproducción debe ser un instrumento de análisis para abordar el problema del cambio, del rompimiento de la lógica que viene reforzando las desigualdades de género y en consecuencia, la opresión de las mujeres, también dentro en los Emprendimientos Económicos Solidarios (EES). Este trabajo busca presentar la discusión entre Economía Solidaria y Economía Feminista en el sentido de la inserción de las mujeres en la Economía Solidaria, y cómo esa inserción puede representar una posibilidad para la búsqueda de la igualdad de género. También busca visibilizar las dificultades, dentro de la Economía Solidaria, para que ella pueda superar las relaciones desiguales entre las mujeres y los hombres y la reproducción de la división sexual del trabajo.

PALABRAS CLAVE:

Economía Solidaria. Economía Feminista. Inclusión Social y Productiva. El mundo del trabajo. División Sexual del Trabajo. Relaciones de género.

LISTA DE QUADROS, TABELAS E FIGURAS

Capítulo 1.

Quadro 1 (p. 20) – CANÇADO, Airton Cardoso. Para a apreensão de um conceito de cooperativa popular. In Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 29. 2005, Brasília. Anais... Brasília, 2005. 1 CD-ROM

Figura 1 (p. 25) – Organograma da Economia Solidária no Brasil (FBES). Disponível em: <http://cirandas.net/fbes/o-que-e-o-fbes>

Tabela 1 (p. 28) – ARCANJO, Maria Antonia Silva e OLIVEIRA, Ana Luiza Matos. *Para uma nova economia: SENAES e a Economia Solidária em Belém (PA)*, mimeo.

Capítulo 2.

Figura 1 (p. 37): Sor Juana Inés da La Cruz. Disponível em:

<http://www.sitescorreio.com.br/blogs/wfarias/saladeleitura/livro-a-fantastica-historia-de-juana-ines-de-la-cruz-segundo-otavio-paz/>

Figura 2 (p. 38): Olympe de Gouges. Disponível em: <http://www.olympedegouges.eu/>

Figura 3 (p. 39): Bertha Lutz. Disponível em: <http://lhs.unb.br/bertha/wp-content/uploads/2013/08/11.jpg>

Figura 4 (p. 39): Alzira Soriano. Disponível em: <http://lajes.rn.gov.br/especial-alzira/>

Figura 5 (p. 39): Carlota Pereira de Queirós. Disponível em:

<https://www.senado.gov.br/noticias/jornal/cidadania/MulheresPolitica/not03.htm>

Figura 6 (p. 40): Disponível em:

<https://pesquisafacomufjf.wordpress.com/2016/05/20/a-atuacao-feminina-na-ditadura-militar/>

Figura 7 (p. 40): Luiza Erundina de Souza. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/09/1814949-erundina-promete-hoje-o-que-nao-conseguiu-implementar-quando-foi-prefeita.shtml>

Figura 8 (p. 40): Benedita da Silva. Disponível em:

http://www.casadeculturadamulhernegra.org.br/v1/mn_mn_t_biografia_b.htm

Figura 9 (p. 40): Dilma Rousseff. Disponível em:

<http://escola.britannica.com.br/levels/fundamental/article/Dilma-Rousseff/543315>

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMESOL – Associação das Mulheres na Economia Solidária do Estado de São Paulo

ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária

CONAES – Conferência Nacional de Economia Solidária

EES – Empreendimento Econômico Solidário

ERT – Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FSM – Fórum Social Mundial

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITCPs – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

MMM – Marcha Mundial das Mulheres

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

RBSES - Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária

REF – Rede Economia e Feminismo

REMTE – Rede Latinoamericana Mulheres transformando a Economia

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

UNITRABALHO – Rede de Universidades que apoia os trabalhadores

SUMÁRIO

Introdução	14
Capítulo 1: Um olhar sobre a Economia Solidária	17
1.1: Revisitando a história da Economia Solidária.....	18
1.2: A caminhada da Economia Solidária no Brasil	22
1.3: A implementação da Política de Economia Solidária.....	27
Capítulo 2: Mulheres, Gênero e Economia Solidária	37
2.1: A história da caminhada de luta das mulheres por seus direitos.....	37
2.2: Um olhar a partir das relações de gênero.....	42
2.3: As mulheres na Economia Solidária.....	44
Capítulo 3: Economia Solidária e Economia Feminista	49
3.1: Gênero na Economia Solidária: hora de rever as relações.....	49
3.2: As redes de Economia Solidária e Feminista no Brasil.....	53
3.3: Sobre o diálogo entre Economia Solidária e Economia Feminista.....	58
Conclusão	63
Referências Bibliográficas	66

INTRODUÇÃO

A Economia Solidária tem sido, ao longo dos últimos tempos, uma estratégia de enfrentamento dos processos de exclusão social e de precarização do trabalho, que acompanham o desenvolvimento do capitalismo (onde se produz riqueza gerando miséria). A base da Economia Solidária está na cooperação, no fortalecimento do grupo e das comunidades, sem a relação patrão e empregado, em que todos os participantes pensam no bem de todos e no seu próprio bem.

As políticas públicas de incentivo e apoio à inclusão produtiva e inserção social, garantidas pela Constituição Federal de 1988, instituídas como direitos, tornam-se parte da construção de um Estado Republicano e Democrático, que reconhece a existência de novos sujeitos sociais e de novas formas de produção, reprodução e distribuição da riqueza, proporcionando o acesso aos bens e recursos públicos para o desenvolvimento sustentável e igualitário dos seus cidadãos e cidadãs. O papel do Estado frente às ações emancipatórias é o de dar-lhes propulsão e suporte por meio de políticas que disponham de instrumentos e mecanismos adequados para o reconhecimento e o fomento dessas ações.

A partir de 2003 implementou-se no Brasil a política pública de Economia Solidária de maneira estruturada. Essa política pública é voltada para as pessoas que estejam organizadas ou queiram se organizar dentro dos princípios da Economia Solidária. A prioridade de acesso é para pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social, particularmente aquelas beneficiadas pelos programas de transferência de renda. Por isso é fundamental que a política pública de Economia Solidária saiba levar em consideração essa realidade para que possa oferecer respostas adequadas a cada situação específica.

No processo de implementação da política pública de Economia Solidária, no período de 2003 à 2006, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) buscou implantar um conjunto de ações que visassem o fomento e o fortalecimento das iniciativas de Economia Solidária, enquanto formas de organização do trabalho coletivo e que deram sequência após a estruturação da Secretaria. Com o passar dos anos, a SENAES contribuiu para ampliar a missão institucional do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no fomento ao trabalho coletivo ao lado de outras formas de trabalho assalariado.

Com o passar do tempo, a Economia Solidária foi uma das políticas que mais se expandiu e ganhou adeptos na gestão pública, com a aprovação de leis instituindo políticas de apoio e fomento à economia solidária, com a criação de instrumentos para efetivá-las em muitos municípios e estados do Brasil (200 municípios e 12 estados segundo dados da FBES), muito pelo fato de não se relacionar exclusivamente às questões econômicas (desenvolvimento econômico com viés mais voltado para a dimensão econômica), mas por contribuir para o desenvolvimento solidário e sustentável (desenvolvimento social: geração de renda, inclusão social e produtiva, garantia de direitos, visibilidade, etc.), bem como por ser uma ferramenta de enfrentamento à pobreza, à medida que possibilita a geração de renda, o empoderamento, em especial das mulheres. Vale lembrar que ao longo da caminhada histórica de lutas, as mulheres se fizeram presentes de forma muito ativa e atuante em vários momentos e em várias frentes de reivindicação: luta por creche, moradia, saneamento básico, saúde, educação, trabalho, etc.

Essa perspectiva contribuiu também para que as mulheres, sempre presentes nas lutas sociais para a garantia de direitos e também na luta pela geração de renda, dentro e fora do movimento de Economia Solidária, se engajassem ainda mais nesta caminhada, pois viam na Economia Solidária um espaço de participação, com inclusão social e produtiva, e de busca de autonomia econômica, bem como a possibilidade do resgate da sua autoestima. Pode-se afirmar que a inserção das mulheres na Economia Solidária pode representar uma possibilidade para a busca da igualdade de gênero.

Sendo assim, com uma presença significativa dentro da Economia Solidária, as mulheres começam a trazer também suas reflexões e inquietações relativas às desigualdades de gênero existentes na sociedade e que, por vezes, acabavam se reproduzindo nos EES e também no interior do próprio movimento de Economia Solidária.

Aqui tem fundamental importância a contribuição da Economia Feminista, que tem buscado refletir sobre a questão da desigualdade de gênero e também vem buscando um diálogo e uma interação com a Economia Solidária na tentativa da superação dessas desigualdades. Assim, pensar o trabalho das mulheres para dentro da Economia Solidária, numa perspectiva de gênero e de Economia Feminista é pensar a relação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, não numa perspectiva capitalista patriarcal, onde o trabalho reprodutivo e tudo o que dele advém é das mulheres, ao passo que o trabalho produtivo e tudo o que dele advém é

dos homens, mas trabalhar num processo de desconstrução desse sistema, possibilitando relações mais igualitárias, justas e solidárias.

O objetivo deste trabalho é apresentar a discussão entre Economia Solidária e Economia Feminista no sentido da inserção das mulheres na Economia Solidária, e como essa inserção representa a possibilidade para a busca da igualdade de gênero; bem como visibilizar as dificuldades, no interior da Economia Solidária, para que ela consiga superar as relações desiguais entre mulheres e homens e a reprodução da divisão sexual do trabalho. A metodologia utilizada partiu da leitura, análise e interpretação de textos referentes à Economia Solidária, Economia Feminista e relações de gênero, principalmente traçando a caminhada histórica da Economia Solidária e a participação das lutas das mulheres até os nossos dias.

Assim, no primeiro momento temos uma análise da caminhada da Economia Solidária, desde as origens até a sua implementação no Brasil enquanto política pública; a inserção, articulação e participação das mulheres dentro do movimento de Economia Solidária, colocando foco nos espaços onde as mulheres estão inseridas, problematizando as desigualdades a partir das relações de gênero até chegarmos à crítica da Economia Feminista na busca da construção de uma nova forma de viver e pensar a Economia.

Num segundo momento, nos propomos a abrir um diálogo - tão necessário - entre Economia Solidária e Economia Feminista, tendo em vista a necessidade de repensar as nossas relações e de constituirmos grupos de mulheres e de homens no interior da Economia Solidária que repensem a sua condição humana, que repensem sua situação humana, que repensem os valores que lhe são mais caros. Que repensem as utopias que nos ajudam a viver.

Que não tenhamos medo desse diálogo, partindo do pressuposto que só haverá verdadeiro diálogo entre Economia Solidária e Economia Feminista quando nos colocarmos em posição de iguais, desconstruindo as desigualdades sociais, de gênero, raça/etnia, geração e orientação sexual -, pois o verdadeiro diálogo só existe entre iguais. Aqui vale lembrar que igualdade não se contrapõe à diferença, mas sim à desigualdade. Como dizia Heleieth Saffiotti: “A igualdade, conceito de ordem política, faz par com a desigualdade. As identidades, como também as diferenças são bem vindas” (SAFFIOTTI, 2015, p. 39). Por isso, é pertinente e importante que eu, um homem, escreva sobre esse tema da igualdade, pois assim eu fui criado, assim fui educado e acredito! E para que possamos construir relações igualitárias de classe, gênero, raça/etnia, geração e orientação sexual, precisamos partir do princípio da igualdade entre nós. Daí, outra economia irá surgindo, uma Economia Solidária e Feminista!

CAPÍTULO I

UM OLHAR SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Neste primeiro capítulo daremos um breve panorama histórico do desenvolvimento da Economia Solidária, desde sua primeira experiência na Inglaterra no século XIX como alternativa para o enfrentamento do capitalismo industrial; passando pelo seu desenvolvimento no Brasil através de entidades e instituições que apoiavam os trabalhos com cooperativas e associações de trabalhadores e trabalhadoras mais pobres, sua caminhada e desenvolvimento, em especial a partir da década de 1980; até chegarmos ao momento da Economia Solidária no Brasil, compreendida como política pública de geração de renda, inclusão social e inclusão produtiva, através da criação, no ano de 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Para tanto, nosso estudo sobre a política pública de Economia Solidária chegará até o ano de 2015 com o lançamento do 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019).

Como definição de Economia Solidária utilizo, neste trabalho, aquela que é apresentada pela própria SENAES:

Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem.

A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

Nesse sentido, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão.¹

Esta definição nos apresenta com clareza o sentido da busca da Economia Solidária como uma nova forma de viver as relações econômicas baseadas em princípios que contribuem para a construção de novas relações, mais justas e igualitárias, nova economia e nova sociedade.

¹ Definição encontrada no site <http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>

1.1 – Revisitando a história da Economia Solidária

Pode-se afirmar que aquilo que hoje conhecemos por Economia Solidária tem sua origem na Europa, no início do século XIX, a partir da experiência de um grupo de trabalhadores que se organizaram em cooperativas operárias para resistir ao avanço do capitalismo industrial. Essa experiência teve início com a Revolução Industrial e foi uma reação dos artesãos expulsos dos mercados pelo advento da máquina a vapor.

[...] a Revolução Industrial tendeu a expropriar o trabalhador utilizando-se das mais diversas formas, seja tirando as pessoas das antigas comunidades e não lhes dando emprego, seja tirando-lhes o ofício que lhes era próprio, visto que este não poderia concorrer com o modo-de-produção nascente, baseado na mecanização da produção e na divisão do trabalho. Nessas condições é que o surgimento da classe operária se deu com os operários têxteis, artesãos, tinteiros, tipógrafos e sapateiros assalariados e trouxe à cena um novo tipo de trabalhador, aquele expropriado de seus meios de produção (OLIVEIRA, 2004, p. 92).

Por conta dessa situação, na Europa e também nos Estados Unidos surgiram vários grupos que buscaram através do trabalho coletivo, em forma de cooperativas, uma saída para a falta de um trabalho que pudesse gerar renda fazendo com que se alcançasse a sobrevivência. Essas experiências de trabalho cooperativo não conseguiram manter-se por muitos anos devido ao avanço do capitalismo industrial, à hostilidade do governo e à voracidade da busca do lucro capitalista por parte dos patrões.

A experiência que foi mais exitosa e que durou por mais tempo, inclusive sendo referência mundial foi a cooperativa de consumo dos Pioneiros de Rochdale, no ano de 1844, fazendo com que o cooperativismo de consumo se consolidasse em grandes empreendimentos e se espalhasse pela Europa e depois para os outros continentes, como nos mostra o portal do cooperativismo de crédito:

Criada em 1844, por 28 operários - 27 homens e 1 mulher -, em sua maioria tecelões, no bairro de Rochdale-Manchester, na Inglaterra, e reconhecida como a primeira cooperativa moderna, a "Sociedade dos Probos de Rochdale" (Rochdale Quitable Pioneers Society Limited) forneceu ao mundo os princípios morais e de conduta que são considerados, até hoje, a base do cooperativismo autêntico. Estes operários enxergaram o associativismo como uma forma de contornar, por meio da compra e venda comum de

mercadorias, os efeitos perversos do capitalismo sobre a condição econômica dos trabalhadores assalariados - tendo alugado, com o capital inicial de 1 (uma) libra, um armazém para estocar produtos que, adquiridos em grande quantidade, poderiam ser consumidos a preços mais baratos.²

Para além da criação da cooperativa, um grande feito foi que os Pioneiros de Rochdale, estabeleceram um conjunto de princípios que até hoje inspiram o cooperativismo e sua legislação a nível mundial. Podemos ainda hoje ver a importância da organização de Rochdale para o cooperativismo mundial:

Mas seu grande feito foi ter redigido um estatuto social que estabelecia objetivos mais amplos para o empreendimento e definia normas igualitárias e democráticas para a constituição, manutenção e expansão de uma cooperativa de trabalhadores. As normas estabelecidas pela organização pioneira de Rochdale para orientar sua estrutura e funcionamento foram analisadas e debatidas em dois congressos internacionais promovidos pela ACI (Associação Cooperativa Internacional), em 1937 e 1966, e foram adotadas universalmente como "princípios cooperativistas". Em 1995, na conferência Centenária desta mesma ACI, realizada em Manchester - Inglaterra, observando as variadas ramificações do cooperativismo surgidas e visando contemplar o maior número possível de tipos de cooperativas, foram aprovados os novos "Princípios básicos do cooperativismo", que, mantendo-se fiéis aos valores democráticos e igualitários defendidos pelos pioneiros de Rochdale, norteiam o movimento em todos os países.³

Vale lembrar que neste período da experiência de Rochdale, no início do capitalismo, as condições de trabalho eram as piores: homens, mulheres e crianças de todas as idades trabalhavam até 16 horas por dia. Na Inglaterra nesse tempo, órfãos de até seis anos de idade eram confinados em casarões nas vizinhanças das fábricas e só saíam de lá para trabalhar como ajudantes, carregadores e faxineiros ao lado das máquinas. Não havia a menor proteção ao trabalho. Em muitos locais, os trabalhadores e trabalhadoras, muitos dos quais haviam sido expulsos do campo e não tinham morada na cidade, dormiam na própria fábrica. A opressão e a exploração não tinham limites.

Pode-se afirmar que o papel desempenhado pelos trabalhadores de Rochdale, principalmente através do engajamento nas lutas em prol de melhores condições de trabalho e da expansão do cooperativismo pela Europa foi a base para que surgissem os sindicatos e a fossem criados os

² <http://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/os-pioneiros-de-rochdale/>

³ *Ibidem*

direitos trabalhistas, e assim, acabaram influenciando posteriormente as condições de trabalho de todos os trabalhadores e trabalhadoras.

Como nos diz Airton Cardoso Cançado (2005), entre os Pioneiros de Rochdale, alguns de seus fundadores tinham um engajamento nas lutas em favor da melhoria das condições de trabalho, daí a preocupação desses pioneiros em buscar condições que pudessem favorecer todos os trabalhadores e trabalhadoras:

Muitos dos pioneiros de Rochdale participavam de movimentos em prol da melhoria das condições de trabalho. Estas experiências anteriores proporcionaram um maior amadurecimento das idéias cooperativas, que seriam expostas quando da constituição da cooperativa de Rochdale. Esta primeira cooperativa, que ficou também conhecida como Cooperativa dos Probos Pioneiros Equitativos de Rochdale, foi constituída como uma cooperativa de consumo. Seus fundadores, porém, não desejavam apenas alimentos puros a preços justos. Entre seus objetivos estavam a educação dos membros e familiares, o acesso à moradia, e ao trabalho (através da compra de terra e fábricas) para os desempregados e os mal-remunerados (CANÇADO, 2005, p. 4).

Com isso, os trabalhadores e trabalhadoras de Rochdale retomam suas vidas e buscam garantir o direito à dignidade. O seu sucesso deveu-se ao estabelecimento de princípios e regras que lhes conferiu uma identidade cooperativa empregada por parte das experiências cooperativas recentes, bem como de boa parte dos empreendimentos de economia solidária, conforme se pode observar na primeira coluna do quadro a seguir:

Quadro 1 – Evolução dos Princípios Cooperativistas segundo a Aliança Cooperativista Internacional.

PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS			
Congressos da Aliança Cooperativa Internacional			
Estatuto de 1844 (Rochdale)	1937 (Paris)	1966 (Viena)	1995 (Manchester)
1. Adesão Livre 2. Gestão Democrática 3. Retorno Pro Rata das Operações 4. Juro Limitado ao Capital Investido 5. Vendas a Dinheiro 6. Educação dos Membros 7. Cooperativização Global	a) Princípios Essenciais de Fidelidade aos Pioneiros: 1. Adesão Aberta 2. Controle ou Gestão Democrática 3. Retorno Pro-rata das Operações 4. Juros Limitados ao Capital b) Métodos Essenciais de Ação e Organização 5. Compras e Vendas à Vista 6. Promoção da Educação 7. Neutralidade Política e	1. Adesão Livre (inclusive neutralidade política, religiosa, racial e social) 2. Gestão Democrática 3. Distribuição das Sobras: a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) aos serviços comuns; c) aos associados pro-rata das operações 4. Taxa Limitada de Juros ao Capital Social 5. Constituição de um fundo para a educação	1. Adesão Voluntária e Livre 2. Gestão Democrática 3. Participação Econômica dos Sócios 4. Autonomia e Independência 5. Educação, Formação e Informação 6. Intercooperação 7. Preocupação com a Comunidade

	Religiosa.	dos associados e do público em geral 6. Ativa cooperação entre as cooperativas em âmbito local, nacional e internacional	
--	------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Fonte: CANÇADO (2005, p. 7).

Como vimos no quadro acima, o estatuto dos Pioneiros de Rochdale foi influenciando o cooperativismo internacional, de certo modo, até os nossos dias, fazendo com que os seus princípios, em maior ou menor proporção, fossem sendo considerados na elaboração dos estatutos que, ao longo do tempo, deram base ao cooperativismo internacional. Sua influência foi propositiva e teve grande importância nesse momento da história.

Vale aqui destacar algumas das características da experiência dos Pioneiros de Rochdale que foram inspiradoras para o movimento de Economia Solidária, segundo a visão do professor Sigismundo Bialoskorski Neto (2006):

a) formação de capital para emancipação dos trabalhadores mediante economias realizadas com a compra em comum de gêneros alimentícios; b) construção de casas para fornecer habitação a preço de custo; c) criação de estabelecimentos industriais e agrícolas com duplo objetivo: produzir direta e economicamente tudo o que fosse indispensável aos operários desempregados ou que percebam baixos salários; d) educação a luta contra o alcoolismo; e) comercialização (compra e venda) somente a dinheiro, para que os cooperados só assumissem compromissos dentro de suas possibilidades orçamentárias, e evitando o crédito, que considerava um “mal social”. f) Cooperação integral. Esse fato é considerado o início do movimento cooperativista mundial, ou seja, o marco fundamental do cooperativismo moderno. A base doutrinária dos estatutos desses cooperativistas pioneiros norteará toda organização cooperativa até os dias de hoje, sendo adotada e propagada pela Aliança Cooperativa Internacional e pelas organizações cooperativas em nível nacional (BIALOSKORSKI, 2006, p. 28).

Porém, com o passar do tempo, a experiência de Rochdale foi tendo diversas dificuldades de sustentação, tanto pela questão financeira como pelas disputas internas. Aos poucos os princípios que foram propostos no início foram substituídos por outros mais próximos à lógica do modo-de-produção capitalista. Mas mesmo assim, o seu ideal continua a servir de inspiração na busca da construção do cooperativismo e a experiência dos Pioneiros de Rochdale não caiu no esquecimento, pois foi uma busca de garantir melhores condições aos trabalhadores e trabalhadoras do seu tempo.

Ao longo da história houve muitas experiências de cooperativismo e associativismo que resultaram no que os estudiosos costumam chamar de “ondas de economia social”, influenciado pelo socialismo utópico de Robert Owen, Saint-Simon e Charles Fourier, a primeira fase do pensamento socialista e que se espalhou pela Europa. Pelo pioneirismo de Rochdale vale sempre retomá-lo como a primeira grande experiência que veio culminar no que hoje costumamos chamar de Economia Solidária.

Neste sentido, iluminados pelos Pioneiros de Rochdale, passaremos a tratar sobre como foi o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil, ressaltando o seu surgimento aqui no país e a partir da atuação dos trabalhadores e trabalhadoras na perspectiva do trabalho cooperativo.

1.2 – A caminhada da Economia Solidária no Brasil

A Economia Solidária no Brasil não nasce do pensamento dos acadêmicos das Universidades, mas da experiência prática de muitas trabalhadoras e trabalhadores que ao longo da história do nosso país vêm procurando formas de resistir frente à desigualdade e à marginalização produzidas pelas relações de subordinação que caracterizam o capitalismo. No campo e na cidade, muitos grupos foram se organizando e criando formas de resistir e de garantir uma economia popular que lhes possibilitasse viver com dignidade.

Assim, com a participação das mulheres e de experiências práticas de uma economia popular, as comunidades indígenas, quilombolas e camponesas - no contexto de lutas populares - foram fundamentais para que se pudesse hoje buscar a garantia dos direitos dos cidadãos e cidadãs do nosso país.

Dentro desta perspectiva, a Economia Solidária vai de desenvolvendo no Brasil com todas essas experiências anteriores e se estruturando, por volta dos anos 1980, através do trabalho desenvolvido pela Cáritas Brasileira, que é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Igreja Católica, junto com os grupos e movimentos populares através dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) que foram surgindo para tentar resolver os problemas advindos das necessidades básicas, entre elas, a dificuldade de trabalhar para se auto sustentar. Um desses projetos foi o que a Cáritas chamou de Economia Popular e Solidária:

No fomento às iniciativas de Economia Solidária, Segurança Alimentar e Nutricional, Fundos Solidários, envolvendo jovens, mulheres, catadores(as) de materiais recicláveis, pequenos(as) agricultores(as), acampados(as) e assentados(as) de reforma agrária, ribeirinhos, quilombolas e indígenas, comunidades em situação de riscos e afetadas por desastres socioambientais, a Cáritas valoriza e aposta em ações locais, comunitárias e territoriais, em relações solidárias em que a luta por direitos e a construção de um desenvolvimento local e solidário e sustentável caminham juntas.⁴

Vê-se que o objetivo da Cáritas Brasileira foi estimular a organização da população de baixa renda bem como melhorar a qualidade de vida das pessoas empobrecidas, buscando garantir-lhes o direito e também colaborar com o desenvolvimento territorial local.

Ainda no final da década de 1980 vários setores do movimento sindical e ações de organizações sociais colaboraram para que a Economia Solidária pudesse se estabelecer no Brasil como um importante instrumento de geração de renda através do trabalho coletivo. Alguns desses movimentos e organizações tinham como objetivo a manutenção dos postos de trabalho das vítimas do desmonte industrial e, conseqüentemente, a manutenção de sua renda, motivando a criação de empresas com gestão dos próprios trabalhadores, as chamadas “empresas recuperadas”.

Segundo nos mostra o resultado de um levantamento nacional sobre as Empresas Recuperadas por Trabalhadores (ERTs) feito pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada):

As primeiras experiências de recuperação de empresas que se conseguiu registrar no Brasil ocorreram na década de 1980. Todavia, foi na década de 1990 que se observou um crescimento dessas experiências diante do quadro de crise econômica vivenciado no período. Como forma de reação e resistência ao fechamento de muitas empresas e a perda dos postos de trabalho, houve um aumento significativo do número de experiências de ERTs (IPEA, 2013, p. 56).

Para além destas experiências citadas acima, na década de 1990 algumas outras entidades tiveram fundamental importância na consolidação dos princípios da Economia Solidária no Brasil, pois contribuíram para o surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho, apoiando os trabalhadores e trabalhadoras a encontrarem alternativas de geração de renda. É importante lembrar que nos anos 1990 passamos por um momento de precarização do trabalho e de aumento da informalidade, bem como de um alto índice de desemprego no país.

⁴ <http://caritas.org.br>

A Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG) teve sua origem em meio à conjuntura política e econômica do Brasil no início da década de 1990 como consequência da falência de diversas indústrias nacionais e o desemprego de grande quantidade de trabalhadores e trabalhadoras considerados desqualificados diante das novas demandas capitalistas através da competitividade crescente do mercado.

A ANTEAG é uma referência na metodologia de assessoria e capacitação de empresas em autogestão e faz parte de diversas instâncias representativas da Economia Solidária no Brasil, buscando construir novas relações de trabalho, com valores e formas de interação coletiva baseadas numa política de não exploração e gestão democrática em todas as unidades da cadeia produtiva. A sua missão é:

Promover a construção, divulgação e desenvolvimento de modelos autogestionários que contribuam para criar/recriar trabalho/renda desenvolvendo a autonomia e formação dos trabalhadores, estimulando ações solidárias e fraternas e representando empresas/empreendimentos autogestionários.⁵

No mesmo período, ou seja, na década de 1990, surgiu a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO), a partir de um grupo de reitores de universidades públicas que viu a necessidade de fazer com que as universidades brasileiras passassem a levar as questões relativas ao mundo do trabalho para dentro dos programas de pesquisa dos centros universitários. Atualmente, a UNITRABALHO tem uma rede que conta com a participação de Universidades Federais, Estaduais, Fundações e algumas Universidades privadas no país todo. Hoje a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho se caracteriza por ser:

Uma Rede Nacional de Universidades que apoia os trabalhadores na sua luta por melhores condições de vida e trabalho, realizando projetos de ensino, pesquisa e extensão que integram o conhecimento acadêmico ao saber elaborado na prática social.⁶

⁵ <http://cirandas.net/anteag>

⁶ <http://www.unitrabalho.org.br>

Assim, busca-se integrar o mundo acadêmico com o mundo do trabalho, a partir de ações práticas no mundo do trabalho.

A partir da integração do mundo acadêmico com o mundo do trabalho, foram surgindo em várias universidades as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). Elas surgiram como questionamento sobre a função da universidade diante da realidade social marcadamente excludente e como forma de buscar alternativas para a população empobrecida, através de cooperativas populares, associação de produtores e consumidores, grupos de clube de trocas, recuperação de fábricas, trabalho coletivo, etc.

Uma das primeiras experiências de ITCPs foi a da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no ano de 1996, sob coordenação do programa de pós-graduação em Engenharia. Desta primeira experiência e boa repercussão, outras universidades no país acabaram por construir também projetos de novas ITCPs. Graças ao apoio de uma financiadora, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), surgiram mais 6 novas ITCPs, entre elas a da Universidade de São Paulo (USP) que convidou o professor Paul Singer, economista e professor da USP para ser o seu coordenador acadêmico.

Com o avanço da Economia Solidária no Brasil foram sendo criadas novas articulações em âmbito nacional com a finalidade de reunir as experiências de Economia Solidária e fortalecer os empreendimentos e cooperativas de trabalhadores. Entre estas articulações temos a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES), formada em junho de 2000 no Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidária realizado em Mendes, no RJ, com organizações de economia solidária das diversas regiões do país. Baseia-se num projeto de construção de uma socioeconomia solidária, com trabalho e gestão cooperativas, desenvolvimento pessoal e social e o combate a todo tipo de opressão e exploração econômica, política e cultural. Destaca-se ainda o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT – Brasileiro), formado a partir do I Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre, RS, no ano de 2001, que foi composto por redes e organizações que desenvolviam algum tipo de trabalho ligado às práticas cooperativas populares no mundo rural e urbano, estudantil e sindical, universitário e eclesial; práticas governamentais de políticas de desenvolvimento social, grupos de apoio de fomento, redes de informação, etc.

Figura 1 – Organograma da Economia Solidária no Brasil (FBES)



Fonte: <http://cirandas.net/fbes/o-que-e-o-fbes>

Através destas articulações, conforme podemos observar na figura 1, foi-se percebendo a necessidade de se constituir um fórum nacional e uma política pública nacional de Economia Solidária

É a partir deste grupo de trabalho que se propõe a constituição de um fórum em dimensão nacional. Nisso, tanto a realização das plenárias quanto a elaboração dos Princípios da Economia Solidária foram decisivas para ampliar e, ao mesmo tempo, caracterizar seu campo de ação. O movimento que vinha sendo articulado pelo GT-Brasileiro era constituído principalmente por entidades de assessoria/fomento e por um segmento de gestores públicos que apontava, desde o início, para a necessidade de combinar a ampliação regional com o investimento em empresas e empreendimentos do campo da denominada “Economia Solidária”. Faltava uma política pública nacional de Economia Solidária e um processo de enraizamento, constituído principalmente através de empreendimentos de economia solidária e empresas de auto gestão nas diversas regiões do país.⁷

No final do ano de 2002, mais especificamente nos dias 9 e 10 de dezembro, realizou-se em São Paulo a I Plenária Nacional de Economia Solidária que contou com a participação de 200

⁷ http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57

peças entre trabalhadores e trabalhadoras de EES, entidades de assessoria/fomento e gestores de políticas públicas. Desta plenária saiu uma carta que foi enviada ao, então recém-eleito Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”.

Nesta carta, os participantes da I Plenária Nacional de Economia Solidária apresentavam as diretrizes e princípios da Economia Solidária e reivindicavam a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária. Davam-se assim, os primeiros passos para que a Economia Solidária fosse assumida pelo novo governo como uma política pública, de geração de renda, inclusão social e inclusão produtiva, bem como uma estratégia de desenvolvimento social e econômico.

Em janeiro de 2003, em Porto Alegre, realizou-se a II Plenária Nacional de Economia Solidária que foi aberta pelo GT-Brasileiro e presidida pelo professor Paul Singer. Essa plenária definiu a agenda de mobilização de debates e sensibilização pelas regiões do país e legitimou o GT-Brasileiro como promotor do processo de mobilização da Economia Solidária. Nesta plenária foi anunciada a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Em junho de 2003 realizou-se a III Plenária Brasileira de Economia Solidária, que foi preparada através de mobilização nacional que atingiu 17 estados da federação. Foi nesta plenária que se anunciou a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). O FBES, a partir desta plenária, saiu com a incumbência de articular e mobilizar as bases da Economia Solidária pelo país em torno da Carta de Princípios e da Plataforma de Lutas.

Com todas estas iniciativas por parte dos vários grupos envolvidos com a construção da Economia Solidária no Brasil foram sendo criadas as bases para se desenvolver e implementar a Economia Solidária como uma política pública que busca a geração de renda, a inclusão social e a inclusão produtiva, bem como uma estratégia de desenvolvimento social e econômico.

1.3 – A implementação da Política de Economia Solidária

Como vimos anteriormente, foram várias as bases para que aos poucos fosse construída uma plataforma de política pública de Economia Solidária no nosso país. A criação da Secretaria

Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi marcada por uma grande vitória das organizações da sociedade civil e dos representantes de governos. O professor Paul Singer foi apresentado como o nome de consenso para ser o secretário desta pasta.

Em junho de 2003, com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e com base no Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, foi instituída a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e criado o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES).

Como definido antes neste trabalho, a política pública de Economia Solidária a partir da SENAES é voltada para pessoas que estejam organizadas ou queiram se organizar dentro dos princípios da Economia Solidária. A prioridade de acesso é para pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social, particularmente aquelas beneficiadas pelos programas de transferência de renda. Por isso é fundamental que a política pública de Economia Solidária saiba levar em consideração essa realidade para que possa oferecer respostas adequadas a cada situação específica.

Como já vimos anteriormente, no processo de implementação da política pública de Economia Solidária, no período de 2003 até 2006 a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) buscou implantar um conjunto de ações que visassem o fomento e fortalecimento das iniciativas de Economia Solidária, enquanto formas de organização do trabalho coletivo. Com o passar dos anos, a SENAES contribuiu para ampliar a missão institucional do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no fomento ao trabalho coletivo ao lado de outras formas de trabalho assalariado.

Segundo o artigo de Maria Antonia Silva de Arcanjo e Ana Luíza Matos de Oliveira intitulado “Para uma nova economia: SENAES e a Economia Solidária em Belém (PA)”, a SENAES foi a grande incentivadora da expansão da Economia Solidária no Brasil, como mostram a citação e a tabela 1 abaixo:

No Brasil, a SENAES garantiu expansão das políticas públicas de ES de forma horizontal, conforme tabela abaixo, por meio da criação de legislações e implantação de conselhos de ES, com ações em 17 governos estaduais, homologação de 9 leis estaduais e, em aproximadamente 200 municípios, dezenas de leis municipais homologadas. Também, entre 2004 e 2010, a SENAES celebrou convênios com 23 municípios e três governos estaduais (ARCANJO, OLIVEIRA, 2016, p.2).

Tabela 1: Distribuição de projetos por Ações Agregadas (2003 – 2010)

Ações Agregadas	Projetos	%	R\$	%
Promoção do desenvolvimento local e ES	28	6%	56.392.569,24	27%
Apoio a incubadoras de economia solidária	82	19%	29.398.672,34	14%
Apoio e fomento a empreendimentos de catadores de materiais recicláveis	28	6%	20.861.868,15	10%
Projeto de Formação de Formadores em ES	29	7%	20.218.556,52	10%
Apoio às finanças solidárias (bancos comunitários, fundos rotativos etc.)	71	16%	17.782.177,99	9%
Comercialização solidária	31	7%	15.455.305,83	7%
Fortalecimento institucional da economia solidária	19	4%	11.462.117,15	6%
Mapeamento da economia solidária no Brasil	48	11%	9.646.508,00	5%
Fomento a empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação	51	12%	8.611.971,18	4%
Assessoria técnica a EES	17	4%	5.049.846,18	2%
Apoio e assessoria a empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão	9	2%	5.012.376,74	2%
Centros Públicos de Economia Solidária	19	4%	4.562.372,09	2%
Outros – diversos	3	1%	1.824.000,00	1%
TOTAL	435	100%	206.278.341,41	100%

Fonte: Arcanjo e Oliveira, mimeo, página 2, a partir de Pesquisa SENAES - SOLTEC/UFRJ, 2011, apud SENAES, 2012.

Do ponto de vista da institucionalidade, consolidação e visibilidade pública da Economia Solidária no Brasil, o ano de 2006 foi fundamental. Neste ano foi realizada a 1ª Feira Nacional de Economia Solidária. Durante essa Feira, ocorreu o lançamento do Atlas da Economia Solidária no Brasil, uma importante ferramenta e instrumento de informação e identificação dos mais de 15 mil EES e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária.

Também no ano de 2006 aconteceu a I Conferência Nacional de Economia Solidária (I CONAES), que abriu um novo período para as políticas públicas de Economia Solidária, através da consolidação de um processo público e democrático de discussão das demandas da Economia Solidária no Brasil. No final desse ano, instituiu-se o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES).

Entre os anos 2008 e 2010 a política pública de Economia Solidária foi desenvolvendo seu trabalho de forma lenta e progressiva, apesar das dificuldades, principalmente do ponto de vista orçamentário e da própria articulação interna e externa, bem como com problemas advindos de questões jurídicas com as novas normas em relação a convênios. Mesmo com as dificuldades, foram realizadas muitas atividades nesse período, como destaca o relatório *Avanços e Desafios para a política de Economia Solidária no Governo Federal de 2003/*

2010 publicado pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/SENAES em junho de 2012 e que abaixo busco sintetizar:

- Projeto de Organização Nacional da Comercialização dos Produtos e Serviços da Economia Solidária com suporte para implantação do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SNCJS) e apoio a mais de uma centena de feiras de Economia Solidária (internacionais, nacionais, estaduais e territoriais), beneficiando diretamente 5,5 mil Empreendimentos Econômicos Solidários (EES);
- Implantação dos Núcleos Estaduais de Assistência Técnica em Economia Solidária (NEATES) e de projetos de assistência técnica em Redes de Cooperação;
- Projetos de fomento e fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis (CATAFORTE), por meio de ações de formação e assessoramento técnico;
- Implantação dos Centros de Formação em Economia Solidária (CFES) – Nacional e Regionais – para formação de 15 mil formadores, educadores e agentes que atuam com Economia Solidária;
- Atualização e ampliação do Sistema de Informação de Economia Solidária (SIES) com o segundo mapeamento nacional de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento e de políticas públicas de Economia Solidária;
- Segundo Plano Setorial de Qualificação Profissional e Social em Economia Solidária (PlanSeQ Ecosol) com ampliação das redes de cooperação, beneficiando mais de dez mil trabalhadores da Economia Solidária que atuam nas cadeias produtivas do artesanato, coleta e reciclagem, confecções, agroecologia, metalurgia, apicultura, fruticultura e piscicultura;
- Cursos de formação de gestores públicos federais para atuação em políticas voltadas à Economia Solidária com servidores públicos federais, estaduais e municipais, inclusive com funcionários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- Produção e distribuição de mais de 22 mil kits (incluindo programas de rádio, filmes e documentários, cartilhas, cartazes, folhetos e manuais de formação de formadores) da Campanha Nacional de Divulgação e Mobilização da Economia Solidária;

- Ampliação no número de Incubadoras Universitárias de Empreendimentos Econômicos Solidários apoiadas pelo Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), com o objetivo de prestar serviços de formação, informação e de apoio organizativo e de comercialização no fomento a aproximadamente 700 EES, com mais de 10 mil trabalhadores/as associados/as;
- Continuidade da ação de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária que beneficiou diretamente mais de 110 mil pessoas em comunidades pobres do meio rural e nos grandes centros urbanos, em milhares de EESs que foram fomentados e assessorados. O programa capacitou mais de 1500 agentes comunitários que apoiam e fomentam iniciativas econômicas solidárias a partir do resgate e da valorização do trabalho das mulheres e da cultura dos povos e comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ribeirinhos, fundos de pasto etc.);
- Continuidade da ação de apoio aos processos de Recuperação de Empresas por Trabalhadores Organizados em Autogestão, beneficiando 70 empresas recuperadas;
- Em parceria com a Fundação Banco do Brasil (FBB), a SENAES continuou o apoio a mais de 10 mil catadores de materiais recicláveis que receberam formação e assistência técnica articuladas a outras iniciativas de fomento do Governo Federal;
- Apoio às iniciativas de Bancos Comunitários de Desenvolvimento que foram disseminados e multiplicados em várias regiões do país, levando financiamento solidário a milhares de pessoas na promoção do desenvolvimento comunitário, apoiando 150 bancos comunitários com apoio da SENAES e parceria com o Ministério da Justiça;
- Da mesma forma, foram executadas ações de apoio às organizações que atuam com Fundos Rotativos Solidários para viabilizar ações produtivas associativas e sustentáveis, com o apoio a mais de 250 Fundos Solidários no país.

Em junho de 2010, com a realização da II Conferência Nacional de Economia Solidária (II CONAES), houve um fortalecimento institucional da Economia Solidária no Brasil, reafirmando que a Economia Solidária é uma estratégia e uma política de desenvolvimento. Também em 2010, foram assinados dois Decretos do poder executivo que viriam a contribuir para a institucionalização da política pública de Economia Solidária: o Decreto n° 7.358, de 17 de novembro de 2010, instituindo o Sistema de Comércio Justo e Solidário (SCJS) e o

Decreto n° 7.357, de 17 de novembro de 2010, que institucionalizou o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC).

A III Conferência Nacional de Economia Solidária (III CONAES) aconteceu em novembro de 2014, em Brasília, e reuniu mais de 1.600 participantes entre delegados/as, convidados/as e observadores/as, para debater o Tema: “Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável”. As conferências anteriores culminaram, nesta III Conferência, com a elaboração do Plano Nacional de Economia Solidária:

A exemplo de várias outras políticas inovadoras e recentes, as Conferências Públicas de Economia Solidária seguem um roteiro que passa pela afirmação e reconhecimento da identidade da economia solidária (1ª CONAES), seguida da afirmação da política nacional como direito de cidadania e obrigação do Estado (2ª CONAES) e vai se consolidando com a proposição de um Plano Nacional de Economia Solidária. Foi justamente este terceiro momento que se pretendeu com a realização da 3ª CONAES: com base nos acúmulos das conferências anteriores, elaborar um plano nacional que tenha base em diretrizes e prioridades definidas nas etapas municipais, territoriais e estaduais, criando o ambiente para um grande pacto nacional em torno do fortalecimento da economia solidária no Brasil.⁸

A construção do I Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019) foi um marco histórico na caminhada da política pública de Economia Solidária no Brasil, devido ao seu avanço para a institucionalização da mesma: um plano nacional é um instrumento que baliza e orienta a política pública e é ele que define quais serão os objetivos, as estratégias e as prioridades para que se realizem os projetos e as ações de Economia Solidária.

A consolidação do I Plano Nacional de Economia Solidária se daria de forma efetiva através da realização dos planos municipais e estaduais de Economia Solidária, ocasião fundamental de participação, mobilização, elaboração e implementação de políticas públicas de Economia Solidária em todos os entes da federação. Conforme nos diz a apresentação do I Plano Nacional de Economia Solidária:

O presente documento sistematiza o Plano Nacional de Economia Solidária para o período de 2015 a 2019, colocando-se como instrumento de incidência e organização da política pública nacional de economia solidária e de sua interface com as políticas dos governos subnacionais. Desta forma, compreende-se que a consolidação do Plano Nacional estabelece

⁸ http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_details&Itemid=18&gid=1947

contribuição fundamental para a criação de um ambiente institucional que fortaleça a economia solidária na sua trajetória de superação do patamar de política de governo, constituindo-a efetivamente como política de estado (1º Plano Nacional de Economia Solidária, 2015, p. 5).

Essa institucionalização da Economia Solidária através do Plano Nacional é fruto da importância que a Economia Solidária foi recebendo ao longo dos anos 2003 a 2015, com o crescente apoio do governo federal, com o crescimento de estados e municípios que implementam políticas públicas de Economia Solidária, com o processo de Fóruns, sejam nacional, estadual ou regional, que são fundamentais para articular a ação dos trabalhadores e trabalhadoras e das organizações de assessoria/fomento.

Mas como já foi dito anteriormente, essa política pública só terá de fato uma garantia de continuidade e desenvolvimento, proporcionando direitos, geração de renda, inclusão social e inclusão produtiva, gerando autonomia econômica e vida digna para os trabalhadores e trabalhadoras, se passarmos do nível de política de governo para uma política de Estado que possa ser garantida e assegurada de forma institucional.

Em outubro de 2015 o Fórum Brasileiro de Economia Solidária dirigiu uma carta aberta intitulada “Em defesa da Política Nacional de Economia Solidária” ao ministro do Miguel Rossetto, na qual se ressalta:

“A manutenção e o fortalecimento das estruturas e políticas públicas que garantam uma outra economia não é apenas urgente mas também é necessária para garantir um futuro digno, com qualidade de vida, a todas as brasileiras e brasileiros. O momento de crise é também o momento de discernimento e ousadia para ações prioritárias que podem vir a nortear a retomada do crescimento e o avanço da democracia participativa baseada noutro tipo de desenvolvimento. Consideramos a Economia Solidária a “novidade” instaurada como uma nova política pública e uma agenda positiva frente às interrogações que a crise internacional e seus reflexos nacionais nos impõem”.⁹

Sendo assim, todo esse percurso histórico que fizemos para conhecermos a Economia Solidária, desde as suas origens, chegando ao seu desenvolvimento atual no Brasil, passando pelas primeiras iniciativas de construção de políticas públicas de Economia Solidária no país só serão de fato consolidadas e ampliadas se forem transformadas em política de Estado.

⁹ Carta do FBES ao ministro Miguel Rossetto, Brasília, 26 de outubro de 2015.

Caso contrário, passando os governos, passarão também as suas políticas. Embora, no atual cenário que estamos vivendo, fruto de um golpe, até mesmo as políticas que contam com respaldo legal têm sofrido perdas. Infelizmente é o que estamos vendo acontecer na conjuntura política atual de nosso país, em que o governo federal vem implantando um verdadeiro desmonte das políticas públicas, em especial, daquelas que incidem diretamente na vida da população mais vulnerável.

Esse desmonte nas políticas públicas, que põe em risco tantas conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras do nosso país, feitas através de muitos anos de lutas, vem acontecendo desde o dia 12 de maio de 2016 - em que Dilma Rousseff foi afastada da Presidência - através da extinção de ministérios que tinham importância ímpar na execução das políticas sociais, como é o caso do Ministério do Desenvolvimento Agrário, bem como das Secretarias Especiais de Direitos Humanos, de Política para as Mulher e a de Promoção da Igualdade Racial.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) passou por esse desmonte após o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. A exoneração de Paul Singer, sem diálogo ou consulta às organizações do movimento de Economia Solidária e a indicação do novo secretário, sem nenhuma vinculação à causa da Economia Solidária caracterizou o rumo que o atual governo quer dar:

Com o *impeachment* e o repasse do Ministério do Trabalho e Emprego ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), há fortes sinais do fim de um ciclo de políticas públicas federais de fortalecimento da Economia Solidária: é nomeado para a SENAES, no lugar de Paul Singer, o servidor, escrivão de polícia aposentado, Natalino Oldakoski, da Polícia Civil do Paraná. Finalmente, em 4 de novembro de 2016, a SENAES foi extinta e foi criada uma subsecretaria de Economia Solidária dentro da Secretaria de Relações do Trabalho, no Ministério do Trabalho (ARCANJO e OLIVEIRA, 2017, p. 244)

Também vemos os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras que estão sendo ameaçados através das propostas das reformas do governo federal no campo trabalhista e previdenciário. Assim, através dessas estratégias, esse governo busca desarticular e retroceder muitas das pautas das políticas sociais, bem como extinguir os direitos garantidos e conquistados através de muita luta.

É importante destacar que a situação de crise política que estamos vivendo tem sido responsável pelo aumento do desemprego e, conseqüentemente, pelo aumento de procura das

peças por iniciativas de Economia Solidária, como uma estratégia de conseguir garantir uma renda para o sustento de suas famílias. Neste caso, o quadro se assemelha muito ao que vivemos na década de 1980.

Nesse sentido, o Movimento de Economia Solidária, no qual se insere o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), tem manifestado nos últimos meses a sua preocupação com o andamento e o tratamento dado, em especial à Política de Economia Solidária por parte do governo federal. Essa preocupação aparece também no artigo de Arcanjo e Oliveira:

Assim, a atual coalizão de governo dá sinais de que usará a SENAES para uma política simples de fomento ao empreendedorismo, apoio ao cooperativismo de fachada, reprodução da velha prática do clientelismo e assistencialismo nas relações com os EES que se submeterem a uma gestão inspirada nos valores do capital humano, como mostra o documento “Travessia Social”, lançado em abril de 2016 pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e a Fundação Ulysses Guimarães. Por outro lado, deve ser contraída a gestão participativa e autogestionária que prevalecia até então na SENAES (ARCANJO e OLIVEIRA, 2017, p. 244).

Em carta enviada aos Fóruns Estaduais de Economia Solidária, no dia 23 de maio de 2016, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária ressaltou os avanços e conquistas do movimento de Economia Solidária nos últimos 13 anos, destacando a criação da SENAES como um instrumento muito importante no fomento de políticas públicas de Economia Solidária no Brasil. Destacou também as diversas leis estaduais e municipais que foram aprovadas e que fortaleceram a política de geração de trabalho e renda incentivando a criação e o fortalecimento de vários EES.

Foi a partir dessas conquistas que a carta aos Fóruns Estaduais de Economia Solidária manifestou o seu compromisso enquanto Fórum Brasileiro de Economia Solidária de seguir, apesar da atual conjuntura, firme no seu posicionamento e na defesa das políticas públicas. A carta afirma que:

- Não reconhecemos a legitimidade deste governo. Ele é interino, ilegítimo e fruto de um processo de impeachment inconstitucional, pois não há comprovação de crime de responsabilidade na gestão de Dilma Rousseff;
- Não abrimos mão da política pública. Mas não podemos, como movimento, nos sentar à mesa com um governo ilegítimo, sob a pena de legitimá-lo. Será necessário, portanto, lutar nas ruas para que, reestabelecido o Estado Democrático de Direito, se reconstrua a política pública de economia solidária. Até lá, nosso caminho será o de fortalecer a autogestão, a partilha,

a solidariedade e as estratégias de sustentabilidade, buscando criar e fortalecer redes de cooperação em todos os âmbitos, inclusive internacional.¹⁰

Recentemente, em 27 de abril de 2017, o mesmo Movimento de Economia Solidária lançou um Manifesto do Movimento de Economia Solidária, no qual reafirmou a sua posição de continuar firme na luta em prol da garantia de direitos e da manutenção das políticas públicas, afirmando que “a Economia Solidária é a alternativa viável para superação dessa crise, porque a enfrentamos coletivamente, com respeito ao ser humano, às relações sociais e, sobretudo, ao meio ambiente”. Mais à frente, neste mesmo Manifesto, o Movimento de Economia Solidária reafirma o seu compromisso com a política pública de Economia Solidária e marca fortemente a sua linha de manter-se, enquanto movimento, em marcha, na luta:

Repudiamos o retrocesso na Política Nacional e exigimos a sua continuidade e fortalecimento, como ferramenta de resposta a esta crise. Exigimos o cumprimento dos acordos firmados pelo governo federal com a sociedade civil para o lançamento dos editais públicos para redes de cooperação solidária, finanças solidárias e empresas recuperadas. Exigimos a aplicação integral do Plano Plurianual e todo o orçamento da Economia Solidária construído no Fórum Interconselhos. Exigimos a efetivação da Política Nacional e nenhum direito a menos.¹¹

Assim, através dessas cartas e manifestos, bem como de toda a rede de Economia Solidária no país -, sejam os EES, as entidades de apoio e fomento, bem como a rede de gestores de Economia Solidária, tanto estaduais como municipais, - a articulação em torno da busca de garantir a aplicação e ampliação das políticas de Economia Solidária em nosso país vai caminhando. Como movimento que é, a Economia Solidária não para, não cansa e não desiste. Ela resiste e luta.

¹⁰ Carta aos Fóruns Estaduais de Economia Solidária, Brasília, 23 de maio de 2016.

¹¹ Manifesto do Movimento de Economia Solidária, Brasília, 25 de abril de 2017.

CAPÍTULO II

MULHERES, GÊNERO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Neste segundo capítulo buscarei levantar a discussão acerca da relação entre Economia Solidária e as questões de Gênero, partindo do fato de que muitos grupos de mulheres e também mulheres isoladamente, participantes do movimento de Economia Solidária, descobriram nele, ao mesmo tempo, um espaço de participação, com inclusão social e produtiva, de busca de autonomia econômica, com possibilidade do resgate da sua autoestima, bem como também enfrentaram muitas dificuldades para se colocarem como protagonistas e se auto afirmarem dentro do movimento como parte dessa caminhada.

Em um primeiro momento, apresento um breve histórico da caminhada de luta das mulheres pelos seus direitos na América Latina e no Brasil; depois passo a uma reflexão sobre as relações de gênero como instrumento de análise das relações sociais e da busca de novas relações - mais igualitárias e justas - entre mulheres e homens, para, por fim, procurarmos analisar a presença e a participação das mulheres dentro da Economia Solidária, tendo como foco a categoria de gênero.

2.1 – A história da caminhada de luta das mulheres por seus direitos

Tenho consciência de que só o título é bem complexo e já nos daria tema suficiente para um trabalho de pesquisa extenso e com um material muito vasto e rico para descortinar a caminhada de tantas mulheres que, ao longo dos tempos, lutaram para garantir a conquista dos direitos que hoje as mulheres conseguiram alcançar. Porém, meu intuito é levantar apenas alguns poucos exemplos que caracterizaram essa caminhada de lutas para que possamos ver como foram marcos importantes para a presença e participação das mulheres nos vários espaços sociais, inclusive na Economia Solidária.

Na América Latina, temos uma voz que se destaca para defender os direitos das mulheres, que é a da religiosa e escritora mexicana Sor Juana Inés de La Cruz, no século XVII. Nascida em 12 de novembro de 1651, teve sua morte aos 43 anos em consequência de uma grande

epidemia em 17 de abril de 1695. A sua vida foi uma busca constante e apaixonada pelo conhecimento. Foi autodidata, aprendeu tudo dos livros, sozinha, sem professores.

A obra literária de Sor Juana Inés de La Cruz é principalmente poética e teológica. Sofreu demasiadamente numa sociedade inquisitorial e patriarcal, que não admitia a sua liberdade de espírito, ainda mais pelo fato de ser mulher. Foi castigada pela inquisição, que lhe proibiu a leitura de livros e ela foi obrigada a fazer os trabalhos mais pesados do convento. Foi essa a sua pena por ser uma mulher que buscava a sabedoria e o conhecimento.



Figura 1: Foto Sor Juana Inés de La Cruz

Entre seus vários escritos, vale a pena destacar o texto intitulado “Respuesta a Sor Filotea”, onde ela faz uma ferrenha defesa do trabalho intelectual da mulher, em resposta a uma publicação do bispo de Puebla, dom Manuel Fernández de Santa Cruz. Segundo Prieto (2004),

Sor Juana Inés de la Cruz, la polémica monja literata mexicana del siglo diecisiete, escribió su famosa carta a las autoridades de la Iglesia Católica, *Respuesta de la poetisa a la muy ilustre Sor Filotea de la Cruz*, que ha sido interpretada como el más temprano manifiesto de los derechos intelectuales de las mujeres em América (PRIETO, 2004, p.132).

Outro escrito muito famoso da autora é o poema “Hombres Necios”, onde com “bom humor e ironia transparecem também nas conhecidas redondilhas em que censura os homens e defende as mulheres: ‘hombres necios que acusáis a la mujer sin razón sin ver que sois la ocasión de lo mismo que culpáis.’” (CORRÊA, 2004, p. 192)

Por esses e por outros escritos de Sor Juana Inés de La Cruz, ela é considerada a primeira feminista da América, pois buscou através de seus escritos desconstruir a mentalidade da época na qual havia uma inferiorização da mulher pelo único fato de ser mulher.

Saindo da América Latina, mas relembando a história de uma mulher que influenciou muito as latino-americanas, na Europa, mais precisamente na França, as mulheres reivindicavam melhores condições de vida e de trabalho, uma participação na vida política, o fim da prostituição, o acesso à instrução e a igualdade de direitos entre homens e mulheres. É nesse período que Olympe de Gouges, nascida Marie Gouze, em 1748, filha de uma família pobre, que se casou cedo, foi mãe e logo ficou viúva, tornou-se uma mulher independente, ativista política preocupada com a emancipação das mulheres, propondo ideais de igualdade entre os indivíduos lançou a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, em 1791 como uma reação à “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” de 1789. Olympe defendia o direito feminino à dignidade, lugares e empregos públicos segundo suas capacidades. Antes de morrer Olympe de Gouges afirmou: "A mulher tem o direito de subir ao cadafalso, ela deve ter igualmente o direito de subir à tribuna." ¹²

Embora fizesse parte de uma sociedade revolucionária, Olympe de Gouges foi julgada, condenada à morte e guilhotinada no dia 03 de novembro de 1793, por seus companheiros revolucionários. Para justificarem sua morte, os revolucionários disseram que Olympe de Gouges quis ser um homem de estado e esqueceu as virtudes próprias de seu sexo.



Figura 2: Foto Olympe de Gouges

¹² <http://www.historia.uff.br/nec/olympede-gouges-mulheres-e-revolucao>

Olympe de Gouges continua presente hoje: um artigo da senadora Gleisi Hoffmann, atual Presidenta do Partido dos Trabalhadores e senadora pelo Rio Grande do Sul, de 17 de março de 2010, intitulado “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, faz referência a Olympe de Gouges e afirma, que:

Olympe de Gouges contribuiu e muito com a democracia contemporânea, ao defender a igualdade na diferença, a igualdade da mulher no casamento, ‘o direito à sua própria pessoa’ e afirmando como ilegítima qualquer ordem constitucional que não se baseie também no consentimento e na participação política ativa das mulheres... Esta ousada iniciativa deu origem à Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1967, reconhecendo que a participação de mulheres e homens em todos os campos é indispensável para o desenvolvimento completo de um país, o bem estar do mundo e a causa da paz, sendo necessário assegurar na lei e na realidade o reconhecimento universal do princípio de igualdade de homens e mulheres (HOFFMANN, 2010).

As desigualdades de gênero também podem ser observadas no Brasil e no mercado de trabalho já a muito tempo, bem como as reações a essas desigualdades: em 1901, o grupo de mulheres operárias do setor têxtil era 72,74% da mão de obra, junto com as crianças. Ganhavam menos que os homens e trabalhavam de 12 a 14 horas por dia (BLAY, 2001, p. 606). Quanto às reações, podemos destacar que, nos anos de 1920, a bióloga Berta Lutz, que era uma liderança sindical, iniciou a luta pelo voto feminino. Em 1928 Alzira Soriano foi eleita com 60% dos votos válidos como a primeira prefeita do Brasil e da América Latina, na cidade de Lages, no Rio Grande do Norte. No ano de 1933, as mulheres ganharam o direito ao voto. Neste mesmo ano, Carlota Pereira de Queirós foi eleita a primeira deputada federal da América Latina por São Paulo. Em 1934, esse direito foi garantido na Constituição e em 1945 as mulheres foram pela primeira vez às urnas.



ORIGEM: ANTONIO NACHTIGAL, FAVIA CORREIO DA MANHÃ - BR, BLAY/MS, PHL_FOT_1988_211

Figura 3: Bertha Lutz



Figura 4: Alzira Soriano



Figura 5: Carlota Pereira de Queirós

Nos anos 1960 e 1970 as mulheres lutaram contra a ditadura militar que havia sido instaurada no país em 1964. Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu o Dia Internacional da Mulher em 08 de março. Nesse período, o feminismo avançou no Brasil, mesmo em meio à ditadura militar e a todas as formas de oposição de setores da sociedade brasileira, como um movimento de luta pela democracia:

O feminismo dos anos 60 e 70 veio abalar a hierarquia de gênero dentro da esquerda. A luta das mulheres contra a ditadura de 1964 uniu, provisoriamente, as feministas e as que se autodenominavam membros do ‘movimento de mulheres’. A uni-las, contra os militares, havia uma data: o 8 de Março. A comemoração ocorria através da luta pelo retorno da democracia, de denúncias sobre prisões arbitrárias, desaparecimentos políticos. A consagração do direito de manifestação pública veio com o apoio internacional – a ONU instituiu, em 1975, o 8 de Março como o Dia Internacional da Mulher (BLAY, 2001, p. 606-607).



Figura 6: Marcha de Mulheres contra a ditadura militar

No ano de 1988, Luiza Erundina de Sousa, mulher, nordestina, solteira, de um partido de esquerda, o Partido dos Trabalhadores, foi eleita a primeira mulher prefeita da cidade de São Paulo, a maior cidade do Brasil. Em 1994, Benedita da Silva, mulher, negra e moradora de uma favela do Rio de Janeiro, foi a primeira senadora negra eleita no Brasil. No ano de 2009 tivemos a eleição da primeira mulher presidenta do Brasil, Dilma Rousseff.



Figura 7: Luiza Erundina



Figura 8: Benedita da Silva



Figura 9: Dilma Rousseff

Esse pequeno e rápido percurso pela “História das Mulheres” nos faz perceber que a luta das mulheres já vem de longe. Tem raízes sólidas fincadas na terra firme, terra regada de suor, lágrimas e sangue. No Brasil, as várias correntes do movimento feminista foram importantes ferramentas para denunciar a discriminação sexual e afirmar os direitos das mulheres. Nele está presente a consciência da igualdade entre homens e mulheres. E é esse valor fundamental que está na base de toda a reflexão sobre as relações sociais de gênero.

2.2 – Um olhar a partir das relações de gênero

Utilizo neste trabalho a definição de Gênero apresentada pela pesquisadora e historiadora Joan Scott em sua publicação “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. Segundo a autora: “o núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” (SCOTT, 1995, p. 86). Joan Scott afirma que gênero é uma forma de se perceber as relações de poder na sociedade, pois além de estruturar a percepção e a organização real e simbólica de toda a vida social, também estabelece diferenciação no acesso aos recursos, tanto materiais quanto simbólicos da sociedade entre homens e mulheres.

O termo gênero é usado para identificar a construção social do ser homem e do ser mulher. É uma categoria social, ou seja, um instrumento de análise capaz de explicar uma determinada face das relações sociais, assim como classe e raça. Pode-se dizer que gênero é o sexo socialmente construído, ou seja, o homem e a mulher do jeito que são moldados, construídos e reconhecidos por uma determinada sociedade, numa determinada cultura. Assim, cabe lembrar a célebre frase de Simone de Beauvoir: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”.

Por essa razão uma abordagem de qualquer problema a partir da noção de gênero deve situar-se no processo de reivindicação das mulheres de uma nova relação social entre mulheres e homens. Não se trata, pois de uma abordagem só para mulheres, mas de uma abordagem que revela as relações de poder no nível público, doméstico e também na religião. Novas relações implicam novas relações de gênero. Novas relações implicam numa nova compreensão do lugar do ser humano – mulheres e homens – no conjunto das instituições sociais e nos ecossistemas. Como afirma a teóloga e filósofa brasileira Ivone Gebara:

O desafio colocado é que a causa das mulheres seja a causa dos homens e a causa dos homens seja a causa das mulheres e acabar com essa coisa isso é coisinha de mulher. Não existe coisinha de mulher. Dizer coisinha de mulher é reduzir a mulher a uma coisinha e essa coisinha está dentro da sua cabeça, é seu conceito de mulher que é reduzido. Dizer que as coisas das mulheres não interessam aos homens é uma tremenda alienação masculina, e uma antropologia elitista masculina. É a reprodução do sistema capitalista em forma de exploração de gênero (GEBARA, 2002, p. 47).

Entretanto, sabemos bem, que um novo modo de relações não acontece de uma hora para outra. Ele vai se preparando lentamente ao longo de séculos de história até que passa a ter maior visibilidade e passa a integrar os novos comportamentos sociais, mas não sem passar por lutas! A questão da igualdade entre homens e mulheres, a igualdade de gênero, sobretudo em relação aos direitos, tem sido uma longa luta, sobretudo encabeçada pelas mulheres de muitas partes do mundo. O que mais nos importa neste momento é perceber que uma espécie de reviravolta na própria compreensão que temos de nós mesmas/os está acontecendo.

Muitos são os grupos de mulheres que buscam resgatar a autoestima feminina em vista de um empoderamento social, econômico e político que poderá criar relações mais justas em todos os níveis da vida humana. Nessa linha, mulheres e homens fazem parte da construção daquilo que o Fórum Social Mundial, nas suas várias edições, tem gritado ao mundo: a necessidade de construirmos um “outro mundo possível”. Trata-se, portanto, de criar relações mais democráticas e igualitárias, relações que devem estar presentes em todas as nossas atividades.

Assim, todas as nossas atividades, nossos pensamentos e ações devem ser permeados pela busca da igualdade e das novas relações democráticas. Neste sentido, a busca por ocupar o espaço da Economia, em especial da Economia Solidária, é também uma busca por empoderar as mulheres para que se movimentem dentro deste espaço marcadamente masculino (como é o espaço da economia) e irem construindo uma nova relação com o mundo econômico. Para isso, a socióloga Graciete Santos nos alerta:

...a visão predominante e hegemônica da economia é androcêntrica* e patriarcal ** e está fundamentada nos princípios da economia capitalista, da propriedade privada dos meios de produção, na extração da mais-valia (o trabalho não pago, o lucro) alienação do trabalho e exploração do trabalho e dos corpos das mulheres. Só considera como trabalho aquele que produz lucro. Sendo assim, não valoriza nem visibiliza o trabalho reprodutivo, responsável pelo cuidado com as pessoas e a reprodução da vida, e este sim é

realizado pelas mulheres (SANTOS, 2009, p. 5).¹³

Assim, para refletirmos sobre a presença das mulheres na Economia Solidária, faz-se necessária uma análise através dos instrumentais que nos são apresentados pela categoria de gênero, para assim sermos capazes de perceber em que medida há ou não no interior dos EES e mesmo no movimento de Economia Solidária uma relação igualitária entre mulheres e homens.

2.3 – As mulheres na Economia Solidária

Nas últimas décadas a sociedade brasileira tem presenciado o crescimento da participação das mulheres na luta pela inserção no mercado de trabalho, porém essa participação ainda é maior para os homens do que para as mulheres, ou seja, os homens ainda são maioria no mercado de trabalho, com salários maiores, melhores vínculos, menor taxa de desemprego e são maioria, ainda, em postos de chefia, como nos mostra o Estudo de Caso sobre o Brasil do Programa de Promoção da Formalização na América Latina e Caribe da OIT:

Considerando o conjunto dos setores de atividade, apesar da melhora registrada para ambos os sexos, em 2012 persiste um diferencial significativo entre as taxas de formalidade em favor dos homens (81,3%, contra 62,3% das mulheres). Este fenômeno é melhor compreendido quando se considera que boa parte da força de trabalho feminina se concentra em atividades mais precárias e de mais difícil fiscalização externa: notadamente nos serviços doméstico e nos serviços coletivos, sociais ou pessoais. (OIT, 2014, p. 7).

Esse avanço, mesmo ainda com um diferencial significativo, pode ser explicado por uma combinação de vários fatores: econômicos, sociais e culturais, que de certa forma desfavoreceram boa parte das mulheres. O mercado de trabalho - nos anos de 1990 - passou por uma consistente reestruturação e esse processo aumentou o número de desempregados, de

¹³ * Androcentrismo (centralização no homem) entende-se como uma estrutura preconceituosa que caracteriza as sociedades centradas na figura masculina tornando o feminino invisível.

** Patriarcado entende-se como um sistema de dominação-exploração que subordina as mulheres aos homens. Heleieth Saffioti afirma que com a emergência do capitalismo, houve uma simbiose entre três sistemas de dominação-exploração: patriarcado, racismo e capitalismo.

demissões e de subempregados, impondo de acordo com as circunstâncias contratos de trabalho mais flexíveis seja temporários, parciais ou mesmo subcontratos.

Porém, vale lembrar que nos anos 2000, tivemos um comportamento diferente, que levou a uma reversão do processo de desestruturação que vinha acontecendo nos anos de 1990, principalmente no tocante à formalização das relações de trabalho:

O mercado de trabalho brasileiro teve um comportamento surpreendente nos anos 2000. Em alguns aspectos, reverteu a tendência de desestruturação vigente nos anos 1990, com queda do desemprego, aumento da renda média dos assalariados e crescimento expressivo da taxa de formalização do emprego. Seguindo na contracorrente do mundo, em especial das economias centrais, a elevação da formalização das relações de trabalho foi talvez a face mais surpreendente desta nova etapa, chamando a atenção de pesquisadores e estudiosos do mundo do trabalho (OIT, 2014, p. 4).

Também alguns dados apresentados por instituições do próprio Brasil, como o IBGE, IPEA, DIEESE, mostram a realidade da presença e participação das mulheres no mundo do trabalho. Em 2016 as mulheres já ocupavam 45% das vagas no mercado formal (RAIS/PME/IBGE). Pesquisa do IPEA mostra que as tarefas domésticas ficam ainda nas mãos das mulheres, enquanto apenas 51% dos homens assumem esses trabalhos. A taxa fica em 90% quando se trata das mulheres. Mulheres dedicam em média 25,3 horas semanais à faxina, enquanto entre eles a média é de apenas 10 horas. As trabalhadoras domésticas (que até pouco tempo não tinham reconhecimento e trabalhavam, na maioria das vezes na informalidade) são mais de 93%.¹⁴

É dentro da perspectiva de superação do desemprego, da vulnerabilidade social ou mesmo da exclusão, e como tentativa de um “trabalho formal”, que uma parcela de trabalhadores, nesse caso, de mulheres, tem buscado a Economia Solidária. Nessa conjuntura, vários grupos de mulheres têm se organizado, cada vez mais, em todo o Brasil na busca de trabalho com geração renda, de melhoria na qualidade de vida e de autonomia econômica organizando-se em EES. Pode-se afirmar que a inserção das mulheres na Economia Solidária pode representar uma possibilidade para a busca da igualdade de gênero.

¹⁴ Os dados poderão ser conferidos nos sites abaixo:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perq_Resp.pdf

<https://www.dieese.org.br/analiseped/2016/2016pedmulhersao.pdf>

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27317&Itemid=3

Quem nos faz essa observação é a professora Maria Nezilda Culti em seu artigo *Mulheres e Economia Solidária: Desafios Sociais e Políticos*:

Devemos também pensar que a atuação das mulheres na economia solidária a partir das atividades geradoras de renda abre a elas um campo para que se tornem proprietárias dos meios de produção, com as mesmas chances que os homens mediante a propriedade coletiva. A renda também é mais bem equacionada entre homens e mulheres, visto que a distribuição do excedente parte do princípio democrático de igualdade de direitos aos cooperados, independentemente do sexo. Nesse sentido, a economia solidária funciona como crítica à economia capitalista que se apropria da desigualdade de remuneração em vista do sexo (CULTI, 2004, p. 20).

Porém, muitas vezes, nos EES ou nos grupos de trabalho coletivo que nascem a partir dos princípios da Economia Solidária, as desigualdades de gênero são reproduzidas, às vezes, como se fossem naturais. Isto pode ocorrer sem que o grupo perceba que aí se instalou uma relação desigual entre as mulheres e os homens, uma reprodução da divisão sexual do trabalho.

Mas podemos perceber como a desigualdade de gênero é presente nos grupos de Economia Solidária quando analisamos os dados apresentados no Atlas da Economia Solidária publicado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no ano de 2009¹⁵. Dos 21.859 EES que foram mapeados nos 2.933 municípios do Brasil, a participação é de 63% de homens e 37 % de mulheres.

Do total de EES mapeados, somente 18% deles são empreendimentos compostos unicamente de mulheres, 9% compostos só de homens e, a grande maioria, 73% são empreendimentos compostos de homens e mulheres. Se olharmos a participação de mulheres e homens segundo o porte dos empreendimentos, veremos que naqueles que são compostos de até 20 participantes, a maioria são mulheres, enquanto que os de maior porte, de 21 para cima são compostos na sua maioria por homens.

Segundo a professora Jussara Carneiro Costa, da Universidade Estadual da Bahia, no artigo intitulado “Mulheres e Economia Solidária: hora de discutir a relação”, esses dados mostram a necessidade de se fazer uma análise das relações de gênero dentro dos EES. Segundo a autora:

¹⁵ Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007, ANTEAG, São Paulo, Todos os Bichos, 2009, p. 37-40.

(...) os indicadores mais importantes para uma análise das relações de gênero no âmbito da economia solidária referem-se ao tipo de grupo no qual a presença das mulheres predomina: elas são maioria nos empreendimentos menores..., já os homens são hegemônicos nos empreendimentos com mais de vinte integrantes. Os grupos com menor número de integrantes tendem, via de regra, a funcionar na informalidade; acessam poucos recursos, na maioria das vezes do próprio grupo ou de fundos assistenciais de igrejas ou organizações menos restritivas quanto a critérios de viabilidade do investimento e até mesmo ao monitoramento da aplicação. Em boa parte dos casos, as atividades que desenvolvem funcionam como complemento à renda obtida com outras atividades ou por outros membros das famílias (COSTA, 2011, p. 21).

A professora Jussara Carneiro Costa ainda chama a atenção para a necessidade de uma investigação mais precisa e profunda sobre as razões pelas quais a presença das mulheres se mostra mais expressiva nos grupos e empreendimentos de pequeno porte. Para tanto, destaca:

Ainda que se reconheça ser necessária uma investigação mais precisa sobre as razões para a presença das mulheres se mostrar mais expressiva em grupos com tais características, é possível afirmar que há uma relação entre a ‘necessidade’ que as mulheres enfrentam de conciliar as atividades que desenvolvem nos grupos dos quais participam com as tarefas no âmbito familiar. Afinal, acessar os complexos mecanismos da formalização e gestão econômico-financeira do empreendimento é algo que demanda um tempo do qual ainda não podem dispor. Os arranjos políticos e econômicos tornam-se os possíveis e refletir-se-ão no dos indicadores relativos aos grupos nos quais a presença feminina predomina. As chances de enfrentar as consequências da informalização ficam mais distantes para as mulheres. Se levarmos em consideração o fato de que, de acordo com a legislação brasileira, um grupo para constituir-se como cooperativa – cuja forma jurídica poderia permitir, por exemplo, o acesso a recursos públicos – precisa contar com pelo menos vinte membros, constatamos que, de entrada, boa parte das mulheres já estariam fora dessa possibilidade, fato este que pode vir a se constituir num agravante da situação de precarização já experimentada por aquelas que vivem na informalidade (COSTA, 2011, p. 22).

Para se construir outra economia, que seja baseada nos princípios da Economia Solidária, de igualdade, solidariedade, cooperação e ética, é urgente e necessário pensar também em novas relações de gênero, ou seja, novas relações entre homens e mulheres nesta relação de trabalho dentro da Economia Solidária, que se propõe a ser o oposto das relações do modelo capitalista. Neste sentido, fica difícil falar em igualdade dentro da Economia Solidária se as mulheres ainda não vivenciam a igualdade dentro dos EES ou dos grupos de trabalho coletivo.

Para que a participação das mulheres seja efetiva na perspectiva de que não haja mais desigualdades nos EES é que alguns autores apontam como saída o incentivo para que se criem empreendimentos compostos exclusivamente por mulheres, definição de cotas de participação para ambos os sexos nos diferentes espaços dentro dos empreendimentos mistos, compostos por mulheres e homens.

Por fim, vale lembrar que, apesar das dificuldades nas relações de gênero no interior dos EES, a Economia Solidária segue sendo um lugar privilegiado para a busca de autonomia econômica e emancipação das mulheres na sociedade:

Ao apresentar a economia solidária como alternativa econômica para as mulheres, acredita-se que esta é uma forma de resistência da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que deve ser um espaço de emancipação das mulheres.

Nesta caminhada de autonomia econômica das mulheres, homens e mulheres que atuam em empreendimentos autogestionários necessitam estar atentos para que as mesmas relações solidárias exercidas na associação devam ser estendidas aos demais espaços de atuação, a citar a casa, a praça, etc (PESSOA; RAMOS; PEIXOTO, 2008, p. 11).

Ao terminar esse capítulo, podemos afirmar que fica para nós a necessidade de se buscar, cada vez mais, uma compreensão de que as lutas das mulheres pela igualdade não é uma luta somente delas, mas que todos e todas juntos, mulheres e homens, ao termos novas relações mais igualitárias, em especial no caso da Economia Solidária, teremos também condições de uma melhor qualidade de vida, com respeito e solidariedade, buscando juntos e juntas o bem comum dentro da perspectiva de relações humanas mais saudáveis.

CAPÍTULO III

ECONOMIA SOLIDÁRIA E ECONOMIA FEMINISTA

Neste terceiro e último capítulo, buscarei levantar alguns elementos relativos à necessária busca de novas relações entre mulheres e homens dentro da Economia Solidária. Nesse sentido, vale ressaltar que a Economia Feminista tem buscado refletir sobre essa questão e, por isso, aqui é apresentada uma busca de diálogo e interação entre Economia Solidária e Economia Feminista na tentativa da superação das desigualdades.

Ainda vamos apresentar o que vem acontecendo enquanto articulação de uma rede de Economia Solidária e Feminista através de diversas ações e estratégias quanto a essa articulação tão importante e necessária para que haja uma superação das desigualdades bem como a garantia de direitos e de autonomia econômica das mulheres que fazem parte do movimento de Economia Solidária.

Por fim, buscaremos apresentar alguns elementos que, a nosso ver, são fundamentais para que o diálogo entre Economia Solidária e Economia Feminista seja efetivado no sentido de levar para dentro do movimento de Economia Solidária e dos Empreendimentos Econômicos Solidários uma nova visão nas relações entre mulheres e homens tendo em vista novas relações mais igualitárias, solidárias e justas.

3.1 – Gênero na Economia Solidária: hora de rever as relações

A professora Jussara Carneiro Costa aborda a necessidade de se discutir a relação entre mulheres e a Economia Solidária. Em seu artigo, destaca que por mais que a Economia Solidária tenha como base a ruptura com o modelo de economia tradicional capitalista, ela não dá conta de trabalhar no seu interior as questões relativas às desigualdades de gênero:

...a solidariedade anunciada pela economia solidária vincula-se restritamente a uma noção de classe que aparece (des)sexualizada, alheia à interseção mantida com aspectos de gênero, etnorraciais, geracionais, entre outros, e às influências determinantes das relações exercidas no mundo do trabalho. A preocupação com o fim de uma sociedade desigual anunciada pela economia solidária parece não incluir as mulheres (COSTA, 2011, p. 24).

A partir dessa provocação, parece necessária a busca de elementos que possam trazer à tona essa discussão, bem como apresentar as alternativas que estão surgindo, dentro e fora do movimento de Economia Solidária para que haja mudança nas relações e nas condições de trabalho de mulheres e homens. Assim, parece oportuno abordar a temática da Economia Feminista como alternativa na busca de proporcionar uma maior igualdade nas relações entre mulheres e homens, bem como uma possibilidade de autonomia para as mulheres.

Podemos afirmar, conforme citação da socióloga Graciete Santos, que a base para se pensar essa inserção das mulheres no mercado de trabalho através da Economia Solidária está na Economia Feminista, que tem buscado fazer a discussão econômica através do viés das relações sociais de gênero:

A Economia Feminista vem sendo trabalhada por várias economistas ao redor do mundo. Existe uma articulação, a Association for Feminist Economics, formada por acadêmicas em diversas universidades do mundo, principalmente dos EUA, que publica, três vezes ao ano, a revista *Feminist Economics* com ensaios e artigos sobre o tema. No Brasil foi criada a Rede Economia e Feminismo (REF) que tem como um dos seus objetivos difundir a teoria econômica feminista como ferramenta de análise da situação das mulheres na realidade brasileira.

A Economia Feminista discute gênero nas políticas macroeconômicas, com intenção de promover mudança radical na análise econômica, em seus pressupostos básicos e metodologias, faz uma crítica à economia convencional por ser cega ao sexo e pretender que suas suposições e teorias sejam universais (SANTOS, 2016, p. 7).

Para dentro da Economia Solidária, não foi e não é tão simples pensar a comunhão entre a Economia Feminista e a Economia Solidária. Muitas pessoas ligadas ao movimento de Economia Solidária e também do movimento feminista afirmam que embora a Economia Solidária tenha como um de seus princípios a relação igualitária entre mulheres e homens, na realidade muitas vezes há conflitos.

Muitas vezes, nos EES, ou nos grupos de trabalho coletivo que nascem a partir dos princípios da Economia Solidária, as desigualdades de gênero são reproduzidas como se fossem naturais. Isto pode ocorrer sem que o grupo perceba que aí se reproduziu uma relação desigual entre as mulheres e os homens, uma reprodução da divisão sexual do trabalho. Por este motivo, a Economia Feminista chama a atenção para que essa realidade desigual não seja reproduzida dentro da Economia Solidária.

Sendo assim, construir um empreendimento autogestionário desafia homens e mulheres a desconstruir valores individualistas e estabelecer relações solidárias, pautadas nos seguintes valores: democracia – decisões tomadas pelo conjunto dos associados e associadas; participação – garantia do direito de decidir e condições para a efetiva participação; igualdade – todos/as têm tratamento igualitário, seja de remuneração, como de acesso à formação e conhecimento, para mesma tarefa e função; cooperação – responsabilidade partilhada na gestão e produção; desenvolvimento humano – concepção da formação como direito de todo/a trabalhador e trabalhadora, numa dimensão humana que possibilite o acesso às novas técnicas e educação integral. Valores estes que buscam o fim de toda e qualquer forma de exclusão/discriminação.

Ao organizar um empreendimento solidário de autogestão, deve-se atentar para as desigualdades de gênero, pois há o risco iminente de reproduzir a história da divisão sexual do trabalho e a “falsa” igualdade, que alimenta a estrutura dual construída pela sociedade capitalista (PESSOA; RAMOS; PEIXOTO, 2008, p. 9).

Por este motivo, a Economia Feminista chama a atenção para que essa realidade desigual não seja reproduzida dentro da Economia Solidária.

Debater a necessidade da participação das mulheres nos empreendimentos é formular as respostas e as perguntas. Toda a organização ocorre em um sistema de relações sociais. Mesmo o empreendimento de autogestão, onde a pessoa é reconhecida como o centro e a razão de sua existência, é preciso estar atento para a visibilidade das mulheres dentro desses empreendimentos (PESSOA; RAMOS; PEIXOTO, 2008, p. 9).

Parece muito oportuna a reflexão apresentada no artigo “Questões sobre gênero e tecnologia na construção da agroecologia”, de Márcia Tait Lima e Vanessa de Jesus, pois as autoras fazem uma análise a partir da Economia Feminista, ajudando-nos a compreender e fundamentar a necessidade de se trabalhar na perspectiva de mudança nas relações:

A economia feminista é uma corrente composta por diversas vertentes que em comum destacam o caráter androcêntrico (tomar o *homo economicus* como parâmetro universal de racionalidade e ação humana) das diferentes teorias e conceitos da economia e suas implicações na interpretação da esfera econômica e social e no próprio funcionamento concreto dessas esferas. Destaca-se a relação entre trabalho e gênero e a invisibilidade dos trabalhos exercidos historicamente pelas mulheres. Mostra-se as consequências da divisão com base no sexo, que prevalece nas sociedades modernas ocidentais de forma generalizada, entre “trabalho produtivo”, o trabalho reconhecido socialmente, que possui valor de troca e é realizado no espaço público; e “trabalho reprodutivo”, que é realizado no espaço doméstico e/ou privado e não possui valor de troca. Os trabalhos que ocorrem na esfera doméstico-privada, realizado geralmente por mulheres, receberam historicamente um reconhecimento social inferior em comparação aos trabalhos realizados no

mundo público, majoritariamente pelos homens. (LIMA; JESUS, 2017, p. 86).

Assim, pensar o trabalho das mulheres para dentro da Economia Solidária, numa perspectiva de gênero e de Economia Feminista é pensar a relação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, não numa perspectiva capitalista patriarcal, em que o trabalho reprodutivo e tudo o que dele advém é das mulheres, ao passo que o trabalho produtivo e tudo o que dele advém é dos homens, mas trabalhar num processo de desconstrução desse sistema, que Ivone Gebara caracteriza como sendo um sistema, do ponto de vista filosófico, onde os homens são seres para si e as mulheres são seres para os outros:

Do ponto de vista filosófico, os homens são seres para si e as mulheres são seres para os outros... Sendo ser para os outros não somos sujeito de direitos. Só o ser para si é sujeito de direitos... Dizer que nós mulheres somos para os outros exige de nós uma subjetividade, nos constrói a partir de uma subjetividade de renúncia, abnegação. Quando se diz que as mulheres são seres para os outros estamos dizendo que elas têm uma qualidade inferior. Por isso, nas causas e lutas das mulheres a maioria dos homens não quer entrar... A questão que o feminismo está lançando é que coisa de homem tem a ver com coisa de mulher e coisa de mulher tem a ver com coisa de homem... O homem subjugado dentro do capitalismo vive sem dúvida a alienação de classe. A mulher subjugada dentro do capitalismo vive a alienação de classe e a alienação de gênero, vive uma dupla alienação. E se for negra, vive uma tripla alienação (GEBARA, 2002, p.46-47).

Como discutimos anteriormente, a Economia Feminista vem nos ajudar a compreender que as relações entre mulheres e homens, marcadas por um sistema patriarcal, estabelecem hierarquias entre as atividades desenvolvidas por ambos os sexos. A Economia Feminista vê o trabalho de forma mais ampla, incluindo o mercado informal, o trabalho doméstico, a divisão sexual do trabalho na família, associando a reprodução como fundamental à nossa existência, incorporando a saúde, a educação e outros temas correlatos. Muito mais que constatar essas desigualdades e apenas descrevê-las, a análise da Economia Feminista a partir da divisão sexual do trabalho deve ser um instrumento de análise para abordar o problema da mudança, do rompimento dessa lógica, que vem reforçando as desigualdades entre os gêneros e, conseqüentemente, a opressão das mulheres, também nos EES.

Neste sentido, pensando no que Ivone Gebara nos apresenta, penso que muitas vezes, dentro da Economia Solidária, em vários EES, acabamos por reproduzir aquilo que é o “ser para si” e o “ser para os outros”, a “coisa de homem” e a “coisa de mulher”, quando nos

empreendimentos exclusivos de mulheres, onde há um número maior de mulheres, o trabalho produzido é quase que todo voltado para “coisas de mulher”: comida e alimentação, crochet, bordado, costura, artesanato, estética, etc; como se houvesse uma ênfase maior àquilo que é “próprio” do ser mulher, conforme nos quer convencer o mundo patriarcal. Tal visão pode reforçar o problema que encontramos hoje na sociedade brasileira, em que há uma repartição desigual do trabalho doméstico, com as mulheres gastando o dobro de tempo por semana com trabalhos domésticos que os homens. Ao reforçar, portanto o papel das mulheres em relação ao cuidado com a casa e a família, a Economia Solidária pode reforçar os papéis de gênero? Mas, por outro lado, ao promover uma autonomia financeira da mulher, ela pode modificar os papéis de gênero?

Ao que parece, é muito oportuna essa reflexão, pois nos ajudará a repensar o lugar e o espaço das mulheres nos EES, bem como repensar as formas de produção e os tipos de produtos que os empreendimentos apresentam, inclusive para que possamos desconstruir essa lógica de produção a partir do modelo doméstico.

É dentro desta perspectiva de mudança de relações, de construção de uma nova forma de viver e pensar a Economia, que a Economia Feminista tem buscado trabalhar na linha de criar redes que possam alimentar e sustentar os empreendimentos e grupos coletivos. A seguir veremos o grande trabalho desenvolvido pelas Redes de Economia Solidária e Feminista por esse Brasil afora.

3.2 – As redes de Economia Solidária e Feminista no Brasil

Depois de nos determos na caminhada histórica das mulheres nas lutas por seus direitos na América Latina e no Brasil e de olharmos a importância da Economia Feminista para analisar as relações sociais de gênero dentro dos EES e do próprio movimento de Economia Solidária, iremos agora nos deter em algumas experiências de Redes de Economia Solidária e Economia Feminista no sentido de conhecer suas práticas, suas propostas e conquistas dentro da perspectiva de empoderamento e autonomia econômica das mulheres.

Aqui não iremos analisar as suas ações, mas nosso intuito é tomar conhecimento destas redes e de como elas estão desenvolvendo seus trabalhos para que possamos torná-las mais visíveis e assim fomentá-las para que possam garantir os direitos das mulheres dentro do movimento de Economia Solidária.

A primeira experiência que temos é a Rede Economia e Feminismo (REF), que foi criada em novembro de 2001 durante o Seminário Feminismo e Economia, que aconteceu em São Paulo com a participação de 33 mulheres de 12 estados brasileiros e também contou com a participação de 22 organizações.

A proposta da Rede Economia e Feminismo (REF) é articular ativistas de movimentos sociais, técnicas de organizações não governamentais (ONGs) e pesquisadoras que queiram atuar prioritariamente dentro da temática de economia e feminismo. Sua metodologia busca atuar com núcleos nos estados ou por temas de pesquisas, seminários, atividades de formação e produção de conhecimento, através de grupos de estudo, intercâmbios, bibliografias comentadas e formação de mulheres, lideranças e assessoras de movimentos sociais.

Uma primeira ação da Rede Economia e Feminismo (REF) foi um curso de formação sobre feminismo e economia, que se realizou no mês de junho de 2002, cerca de seis meses após a criação da Rede. Além das ações próprias, a REF participa com sua proposta feminista nos vários espaços de articulação que atuam colaborando no debate sobre desenvolvimento e alternativas econômicas.

A Rede Economia e Feminismo (REF) trabalha em conjunto e dialoga com as ações da REMTE (Rede Latino Americana Mulheres Transformando a Economia) e se propõe a fortalecer as ações da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) na luta de combate à pobreza.

Vale a pena conferir os objetivos da Rede Economia e Feminismo, que são apresentados no seu site: ¹⁶

- Difundir a teoria econômica feminista como ferramenta de análise da situação das mulheres na realidade brasileira.
- Construir um discurso que sintetize as contribuições da economia feminista, de outras áreas do conhecimento que se ocupam das relações sociais de gênero, e do conhecimento substantivo produzido pela REF em atividades de formação e reflexão.
- Formar um núcleo de mulheres que se apropriem desta discussão e a desdobrem em pesquisas, atividades de formação, e produção de conhecimento em suas regiões e estados.

¹⁶ Os objetivos da Rede Economia e Feminismo estão em: <https://economiaefeminismo.wordpress.com/about/>

- Capacitar mulheres, lideranças e assessoras de movimentos sociais como formadoras para análise e ação em feminismo e economia.
- Desenvolver metodologia de formação que permita desmistificar a racionalidade e o tecnicismo das políticas econômicas e fortaleçam as mulheres como sujeitas neste debate.
- Desenvolver ações públicas, como campanhas, envolvendo atividades de elaboração, formação e mobilização nos temas relativos à economia e feminismo.
- Dialogar e fortalecer as ações da Marcha Mundial das Mulheres no âmbito do combate à pobreza e construção de alternativas econômicas feministas.
- Atuar como parte integrante da REMTE (Rede Latino-Americana Mulheres Transformando a Economia) em conjunto com suas seções em funcionamento em onze países da América Latina.
- Incidir, a partir de uma perspectiva feminista, nas redes, campanhas e movimentos que atuam na área da economia e alternativas de desenvolvimento.

Entre as temáticas trabalhadas pela Rede Economia e Feminismo estão: a teoria econômica feminista, a questão da mulher e do trabalho, a distribuição de renda e o salário mínimo, a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), a questão da soberania alimentar e a Economia Solidária.

A segunda experiência é a Rede de Economia Solidária e Feminista. A sua construção é um desdobramento do projeto Brasil Local: Economia Solidária e Economia Feminista - (2010/2012), que foi desenvolvido através de uma parceria da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) com a Guayí – Democracia, Participação e Solidariedade, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) fundada em 2001.

Esse projeto Brasil Local mapeou mais de 300 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) compostos por mulheres em 09 estados do Brasil – RS, PR, SP, RJ, DF, PA, CE, RN, PE –, e permitiu o diagnóstico da realidade desses empreendimentos e a condição das mulheres no interior da Economia Solidária.

A proposta da Rede de Economia Solidária e Feminista é valorizar e fortalecer a presença das mulheres na Economia Solidária, contribuindo para que possam alcançar a sua autonomia

econômica. Também a rede questiona a naturalização do trabalho doméstico como sendo algo do feminino e, por essa razão, desqualificado como trabalho. Além disso, a rede busca diversificar as possibilidades das mulheres no espaço profissional, para que não sejam relegadas às profissões consideradas “femininas”.

A articulação que a rede propõe possibilita a troca de informações e experiências entre os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) para que possam complementar e fortalecer as suas atividades produtivas e contribuir para ampliar sua capacidade de produção e de negócios.

Atualmente, o projeto desenvolvido pela Rede de Economia Solidária e Feminista visa o fortalecimento da rede e a sua articulação produtiva por segmentos e/ou arranjos locais, desenvolvendo a assessoria para a gestão e a comercialização, buscando dar visibilidade e reconhecimento ao trabalho das mulheres, garantindo a sua autonomia econômica.

Outra ação importante que a Rede de Economia Solidária e Feminista vem desenvolvendo é a construção de indicadores para a Economia Feminista e a articulação com políticas públicas que colaborem com o desenvolvimento local e a sustentabilidade dos empreendimentos em rede.

No encontro nacional da Rede de Economia Solidária e Feminista que aconteceu em maio de 2013, foram tiradas algumas metas que podem ser conferidas no seu site: ¹⁷

- Fortalecimento da Rede de Economia Solidária e Feminista, como rede nacional que articula empreendimentos compostos majoritariamente por mulheres, dando-lhes visibilidade e fortalecendo-os;
- Fomento às 18 redes de cooperação solidária, cadeias produtivas ou arranjos locais nos territórios e municípios de abrangência do projeto;
- Implantação de 12 Bases de Economia Solidária e Feminista para assessoramento técnico, sendo uma por estado e quatro no Rio Grande do Sul, com os necessários desdobramentos para articulação/fortalecimento das redes;

¹⁷ As metas da Rede de Economia Solidária e Feminista estão disponíveis em: http://guayi.org.br/?page_id=1584

- Estratégias de acesso à informação nas temáticas necessárias à qualificação produtiva; estudo/pesquisa sobre a situação da mulher na economia solidária; discussão conceitual e metodológica de consolidação da Rede e sistematização da experiência do projeto;
- Estratégias de comercialização de produtos e serviços das 18 redes no âmbito local/territorial, com ênfase no acesso às compras governamentais; certificação e aproveitamento da dimensão nacional da Rede para potencializar processos de comercialização;
- Subsidiar processos locais (onde as 18 redes estão situadas) e nacionais (no âmbito de abrangência da Rede) de desenvolvimento solidário e sustentável, avançando em estratégias e ações voltadas à responsabilidade social e pública, no cuidado com as pessoas e com a vida em suas diversas dimensões, na perspectiva da economia solidária e feminista, articulando com os movimentos sociais e com as políticas públicas, em parceria com órgãos públicos municipais, estaduais e nacionais, principalmente com o Plano Brasil Sem Miséria e as prioridades do desenvolvimento social.

Por fim, apresentamos a experiência de uma rede que foi fundada em 12 de abril de 2013, onde um grupo de 30 mulheres ligadas à Economia Solidária do estado de São Paulo se reuniu para fundar a AMESOL – Associação das Mulheres na Economia Solidária do Estado de São Paulo.

Esta iniciativa visa articular as mulheres do estado de São Paulo que trabalham com os Empreendimentos Econômicos Solidários. A AMESOL – Associação de Mulheres na Economia Solidária do Estado de São Paulo é uma “ferramenta importante para a auto organização das mulheres em empreendimentos mistos ou só de mulheres, bem como para dar apoio financeiro para essas mulheres, tendo em vista que um dos seus objetivos é a criação de um fundo rotativo que possa contribuir para a ampliação e qualificação dos grupos”¹⁸.

As mulheres que compõem a AMESOL são de diversas regiões da cidade de São Paulo e também de cidades próximas no Estado. Organizadas em grupos e cooperativas, produzem desde alimentos orgânicos até roupas e artesanatos, que vendem em eventos e feiras. Junto com a SOF – Sempre Viva Organização Feminista, fazem reuniões periódicas para a troca de conhecimentos, a organização do grupo, debates e compartilhamento de informações.

¹⁸ Para conhecer um pouco mais sobre os objetivos da AMESOL:

<http://www.sof.org.br/2013/04/15/associacao-das-mulheres-na-economia-solidaria-amesol-e-fundada-em-sao-paulo/>

Possuem em comum a compreensão da economia feminista e solidária como uma forma alternativa de geração de renda e autonomia, baseada em outros pilares, que não os do lucro, da competitividade e da exploração.

Também faz parte dos objetivos da Associação de Mulheres na Economia Solidária do Estado de São Paulo (AMESOL) a formação técnica e feminista para as mulheres da Economia Solidária, o espaço de articulação e a troca de experiência. Em abril de 2016 as mulheres da AMESOL participaram de um curso de comunicação feminista nas redes, que foi ministrado pela SOF e que teve como trabalho final a criação de uma página na rede social Facebook que entrou no ar em maio de 2016, como uma importante ferramenta de comunicação e também de visibilidade para a associação, bem como de divulgação de feiras e eventos.

Como vimos acima, estas experiências de rede e de articulação das mulheres em torno das temáticas de Economia Solidária e Economia Feminista são importantes ferramentas para que os EES, principalmente os que são exclusivamente de mulheres possam garantir a troca de experiências, garantindo conseqüentemente uma autonomia econômica e o fortalecimento da garantia de seus direitos.

Sabemos que há tantas outras iniciativas de trabalho em rede e articulação de mulheres dentro da Economia Solidária e Feminista, porém, nosso intuito foi visibilizar algumas no sentido de fazer ver a importância da participação das mulheres dentro da Economia Solidária, bem como, da importância e urgente necessidade do diálogo entre a Economia Solidária e a Economia Feminista para revermos as relações no interior do movimento de Economia Solidária em busca da igualdade e emancipação das mulheres e, assim, construirmos outra economia possível.

3.3 – Sobre o diálogo entre Economia Solidária e Economia Feminista

A partir do que foi apresentado acerca da presença e participação das mulheres na Economia Solidária e da desigualdade que insiste em aparecer e, por vezes, prevalecer na Economia Solidária, há também uma busca de novas relações de gênero no interior desse movimento através da organização em redes de Economia Solidária e Feminista, em que vemos que as mulheres têm se articulado cada vez mais para transformar essas relações no interior dos Empreendimentos e também no interior do movimento de Economia Solidária no Brasil.

No ano de 2011, houve a criação do Grupo de Trabalho de Mulheres do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, um grupo exclusivo de auto-organização das mulheres. Esse GT de Mulheres do Fórum Brasileiro de Economia Solidária elaborou um documento como forma de subsidio para a discussão sobre a participação e presença das mulheres na Economia Solidária para a V Plenária Nacional de Economia Solidária que aconteceu no ano de 2012, em Luziânia, GO.

O documento foi um marco importante como forma de visibilizar e também problematizar sobre a participação das mulheres e sobre as desigualdades que existem no interior da Economia Solidária:

As mulheres são a maioria na construção da Economia Solidária. Porém, a igualdade de participação entre homens e mulheres, em todos os seus espaços, ainda é um desafio a ser superado. Não podemos continuar reproduzindo a contradição, afirmando que as mulheres estão de fato em condição de igualdade, sendo que, no cotidiano da ação, isto não se reproduz. Ainda é consistente uma condição de desigualdade entre homens e mulheres.

Esta realidade nos leva a refletir sobre qual tem sido a contribuição dos processos vividos, das mulheres como sujeitos políticos na Economia Solidária, para construção de novas práticas de superação das desigualdades de gênero. Como as mulheres estão neste espaço? Que poder elas exercem ou não? Como a atuação neste espaço tem provocado mudanças concretas em suas vidas? Por que e como a economia solidária pode contribuir para a superação das desigualdades vividas pelas mulheres? (CARITAS; FBES, 2016, p. 12).

A reflexão e as perguntas apresentadas pelo documento nos provocam, em primeiro lugar, a que sejamos capazes de dialogar sobre essa situação, termos a capacidade de perceber essa realidade de desigualdade e buscar, juntas e juntos, rever as relações, reconstruindo um novo jeito de ser na Economia Solidária, fazendo acontecer, de fato, a igualdade.

Um elemento fundamental da Economia Solidária, que estabelece relação direta de contribuição com a luta feminista, é a autogestão. Na construção da autonomia das mulheres, a autogestão pode nos levar a práticas de igualdade, garantindo às mulheres espaços de decisão e representação política (CARITAS; FBES, 2016, p. 13).

Esse me parece ser um ponto importante de reflexão que o documento nos aponta, no sentido de nos perguntarmos sobre um dos elementos que é fundamental para a Economia Solidária que é a autogestão, compreendida como um “exercício de práticas participativas nos

processos de trabalho, definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses” (1º Plano Nacional de Economia Solidária, 2015, p. 41).

E na perspectiva do diálogo entre Economia Solidária e Economia Feminista cabe aqui uma pergunta sobre a presença e participação das mulheres nos EES. Sabemos que naqueles empreendimentos constituídos somente por mulheres, a gestão é feita pelas próprias mulheres, mas ao pensarmos nos empreendimentos constituídos por mulheres e homens, como se dá a direção e coordenação dos mesmos? Em que medida se dá essa prática participativa nos processos de trabalho, direção e coordenação?

Essas questões são fundamentais, principalmente pelo fato de que nossa forma de pensar e agir reproduz o sistema patriarcal no qual fomos moldados e construídos ao longo de nossa formação, por isso, pensar as nossas práticas no interior dos EES tendo como objetivo a ruptura com esse sistema é um importante elemento para que possamos desconstruir as relações que reproduzem a desigualdade de gênero no âmbito da gestão dos empreendimentos.

Sabemos que a participação das mulheres na economia solidária vem garantindo, a elas e suas famílias, geração de renda; que elas vão se organizando como sujeitos políticos e cidadãs; que elas vão construindo autonomia econômica, pessoal e política, mas ainda temos um longo caminho a percorrer para romper com a divisão sexual do trabalho.

Como a Economia Solidária se baseia em princípios contra-hegemônicos, pode parecer mais fácil avançar no rompimento com a divisão sexual do trabalho, mas a realidade dos empreendimentos reproduz, na prática cotidiana, estas amarras. As mulheres se concentram em empreendimentos menos valorizados e há uma naturalização do lugar das mulheres nos empreendimentos mistos. As mulheres são ainda minoria nas direções e em outros espaços de decisão e, frequentemente, desempenham funções associadas às tarefas da esfera da reprodução (CARITAS; FBES, 2016, p. 12).

Como já afirmei anteriormente, embora tenhamos certo avanço nas questões de geração de renda, cidadania e autonomia das mulheres a partir da Economia Solidária, ainda persiste um modelo que reproduz o trabalho doméstico (público x privado) e de reprodução (produção x reprodução), onde o que é produzido reproduz o âmbito do privado, e assim, acaba por ser

desvalorizado, desqualificado e inferiorizado, pois assim é visto esse tipo de trabalho na sociedade capitalista patriarcal que vivemos.

O documento nos colocará diante da questão da divisão sexual do trabalho, que é um tema fundamental na reflexão feminista, e no diálogo com a Economia Solidária, pois ela tem sido causa de opressão e dominação das mulheres por séculos e que, no interior da Economia Solidária infelizmente vem se reproduzindo, colaborando assim para a manutenção das desigualdades entre mulheres e homens.

Importante salientar que a reflexão sobre a divisão sexual do trabalho para dentro da Economia Feminista não tem nada a ver, como alguns pensam, de uma negação da maternidade ou do trabalho doméstico, mas sim uma crítica à forma como o capitalismo se utiliza do trabalho doméstico e da maternidade para confinar a mulher dentro do espaço privado (doméstico).

Além da questão da divisão sexual do trabalho, outro elemento que deve ser considerado neste diálogo entre Economia Solidária e Economia Feminista é a reflexão crítica sobre a divisão entre público e privado, produção e reprodução. Para Flávia Biroli, essa é uma característica do pensamento feminista:

Se há algo que identifica um pensamento como feminista é a reflexão crítica sobre a dualidade entre a esfera pública e a esfera privada. Compreender como se desenhou a fronteira entre o público e o privado no pensamento e nas normas políticas permite expor seu caráter histórico e revelar suas implicações diferenciadas para mulheres e homens – contestando, assim, sua naturalidade e sua pretensa adequação para a construção de relações igualitárias. Trata-se, como definiu Carole Pateman em sua análise das teorias do contrato, de expor a história não contada da construção da esfera pública e dos direitos individuais na modernidade a partir da posição das mulheres. (BIROLI, 2014, P. 31).

Segundo Flávia Biroli, não há como separar a esfera pública da esfera privada, a esfera política da vida social, sendo assim, faz-se necessário que abandonemos a visão de que estes espaços da vida são departamentados, que correspondem a determinados lugares ou tempos na vida individual, mas são sim relações de práticas e de direitos inter-relacionados.

Essa crítica feminista nos faz pensar nas relações existentes no interior dos EES e na própria prática do movimento de Economia Solidária, quando tratamos de forma desigual as mulheres por conta do seu trabalho doméstico e do cuidado dos filhos. Para muitas mulheres há uma

difícil tarefa de conciliar o trabalho doméstico, a vida familiar com a vida profissional dentro dos Empreendimentos. Há a necessidade de se ampliar o conceito de trabalho e se perceber que não há separação entre as esferas da produção e da reprodução. Há a necessidade de se perceber a melhor forma de organizar a vida.

Portanto a Economia Solidária pode contribuir com a luta feminista, na medida em que cria condições de desnaturalizar a separação de público e privado, produtivo e reprodutivo – desconstruindo a divisão sexual do trabalho, recolocando o olhar para o trabalho de cuidado com as pessoas como uma esfera mantenedora e relacionada ao mundo produtivo. A presença do feminismo no movimento de construção da Economia Solidária, sem dúvida, será determinante para construir, de fato, outra economia com base na igualdade e autonomia de seus sujeitos. (CARITAS; FBES, 2016, p. 13).

Por fim, me parece que estamos num tempo novo, onde somos convocadas e convocados a repensarmos as nossas relações, a constituirmos novos grupos de mulheres e de homens que repensem a sua condição humana, que repensem sua situação humana, que repensem os valores que lhe são mais caros. Que repensem as utopias que nos ajudam a viver.

Também somos convocadas e convocados a repensar nossa articulação enquanto movimentos sociais, enquanto movimentos de esquerda, numa articulação de luta anticapitalista em que unifiquemos nossas bandeiras de classe, gênero, raça/etnia, geração, orientação sexual. Essa caminhada é conjunta, coletiva, urgente e necessária. Não vamos construir uma nova sociedade e uma nova economia sem nos preocuparmos umas com as outras, uns com os outros, umas com os outros.

Como disse Miriam Nobre em seu texto Mulheres e Economia Solidária: “nos cabe considerar as mulheres como sujeitos destes processos e aprofundar o diálogo com o pensamento e o movimento feminista”. (NOBRE, 2003, p. 9).

Que não tenhamos medo desse diálogo, partindo do pressuposto que só haverá verdadeiro diálogo entre Economia Solidária e Economia Feminista quando nos colocarmos em posição de iguais, pois verdadeiro diálogo só existe entre iguais. E para que possamos construir relações igualitárias de classe, gênero, raça/etnia, geração e orientação sexual, precisamos partir do princípio da igualdade entre nós. Daí, outra economia irá surgir, uma Economia Solidária e Feminista!

CONCLUSÃO

“A economia feminista fala da necessidade de ter outra forma de enfocar os problemas e ‘reconceituá-los’ a partir da recuperação da experiência das mulheres. Ou seja, levar em consideração as práticas sociais concretas, reconhecendo a participação, os acúmulos e as contribuições das mulheres para a história”.

(Nalu Faria)

Esta frase de Nalu Faria sintetiza o caminho que busquei percorrer ao longo deste trabalho, em que procurei apresentar a trajetória da Economia Solidária, a sua implementação como política pública, seus avanços e conquistas, mas, a partir do olhar crítico da Economia Feminista, busquei também enfocar a necessidade de um diálogo entre a Economia Solidária e a Economia Feminista no sentido de transformar as relações em vista da superação das desigualdades de gênero que ainda são reproduzidas em seu interior.

No primeiro capítulo buscamos revisitar as origens da Economia Solidária, desde a primeira experiência com os Pioneiros de Rochdale que buscavam uma alternativa ao capitalismo industrial, com princípios cooperativistas, entre eles o de gestão democrática. Vimos a caminhada da Economia Solidária no Brasil, inicialmente através de um projeto desenvolvido pela Cáritas Brasileira em conjunto com outros movimentos e grupos populares, bem como através da ANTEAG e da UNITRABALHO, importantes entidades que fortaleceram a Economia Solidária nos anos de 1990, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e, com o avanço da Economia Solidária no Brasil as novas articulações em âmbito nacional com a finalidade de reunir as experiências de Economia Solidária e fortalecer os empreendimentos e cooperativas de trabalhadores até chegarmos em 2003 com a implementação da política pública de Economia Solidária no Brasil através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

No segundo capítulo percorremos a história da caminhada de luta das mulheres por seus direitos, apresentando a trajetória de algumas das mulheres que foram responsáveis pelas lutas de emancipação e autonomia das mulheres de nosso tempo, bem como buscamos visibiliza-las e trazermos suas contribuições para o momento atual da caminhada das mulheres, em especial das mulheres na Economia Solidária. Utilizando a categoria de gênero, buscamos refletir sobre o papel das mulheres dentro dos EES e do movimento de Economia Solidária, e

também analisar os aspectos que ainda hoje geram a desigualdade em seu interior. Vimos sobre a desigualdade e o descompasso da presença de mulheres e homens no mundo do trabalho e percebemos que só haverá mudança nas relações entre mulheres e homens quando deixarmos de pensar que essa é uma luta só das mulheres e passarmos a lutarmos, juntos e juntas, para construirmos novas relações mais igualitárias, justas e solidárias, para podermos viver melhor.

No terceiro e último capítulo chegamos ao centro de nossa reflexão, que é sobre a necessidade de revermos as relações no interior da Economia Solidária, a partir da categoria de gênero e de toda a contribuição que a Economia Feminista, através da sua crítica às relações entre mulheres e homens marcadas modelo patriarcal. Apontamos que mesmo nos EES se reproduzem, de certa forma, hierarquias entre as atividades desenvolvidas por ambos os sexos, baseadas da divisão sexual do trabalho e na inferiorização do trabalho das mulheres. Mas também vimos as Redes de Economia Solidária e Feminista que no Brasil estão buscando desconstruir esse modelo patriarcal através da articulação das mulheres e garantindo os seus direitos dentro da Economia Solidária, através do diálogo – tão necessário e urgente – entre a Economia Solidária e a Economia Feminista.

Bem sabemos que a política de Economia Solidária tem contribuído para o enfrentamento da pobreza, possibilitando a geração de renda, o empoderamento das mulheres, mas ainda precisamos aprofundar o debate em torno das relações sociais de gênero e também da reconceituação de temas que são importantes para dentro desse debate, como é o caso de produção e reprodução, público e privado, espaço doméstico e espaço público, “ser para si” e “ser para os outros”.

Nesta perspectiva é que a Economia Feminista tem nos convocado a esse diálogo sobre a divisão sexual do trabalho enquanto um instrumento de análise para que possamos ir rompendo com uma lógica que reforça as desigualdades de gênero, reforçando e reproduzindo situações de inferioridade e de subordinação das mulheres. Assim, pensar a Economia Solidária a partir da crítica feita pela Economia Feminista e do referencial das relações sociais de gênero é propor uma nova forma de viver as nossas relações no interior dos EES, mas também nos vários âmbitos de nossa vida humana e social.

Ao longo desse trabalho, vimos que as mulheres deram uma contribuição (e continuam dando) na construção de um mundo mais justo, com princípios que são fundamentais para a

construção de uma sociedade baseada na democracia e no direito. As mulheres têm um grande acúmulo de experiências que nos ajudam na construção da história e nos favorecem na busca da igualdade. Tem participação na vida política, econômica e social e isso deve ser valorizado e assimilado para que repensemos as relações humanas.

Tenho consciência de que o que apresento aqui, de forma muito breve e até superficial, precisa ser aprofundado e incorporado em nossas práticas cotidianas, em especial dentro do Movimento de Economia Solidária, dos EES e da nossa vida concreta. Só poderemos transformar as relações que são desiguais em relações igualitárias se formos capazes de nos abrir ao diálogo com o outro, com a outra. Só seremos capazes de mudar, se começarmos a mudar de dentro pra fora, mudarmos nosso modo de ver o mundo e nos atrevermos a olhar o mundo com olhos menos preconceituosos.

Como já afirmei o diálogo só existe entre iguais. Que de fato sejamos capazes de nos despirmos de nossos falsos discursos, para dialogarmos com a franqueza que o tema suscita. Que sejamos capazes de nos abirmos ao paradigma que a Economia Feminista nos apresenta e assim, juntas e juntos, construamos relações igualitárias. Que ao construí-las, sejamos capazes de constantemente nos avaliarmos para percebermos em que medida estamos avançando nesse caminho igualitário e onde ainda precisamos aparar as arestas.

Que esse caminho aqui iniciado, nos ajude a buscar, não um caminho novo, mas um jeito novo de caminhar. Como diz Thiago de Mello: “Não, não tenho caminho novo o que tenho de novo é o jeito de caminhar. Aprendi (o caminho me ensinou) como convém a mim e aos que vão comigo. Pois já não vou mais sozinho”. Caminhemos pois neste novo jeito de caminhar, onde não caminhamos sozinhos, mas juntas e juntos, possamos caminhar em busca de uma Economia Solidária e Feminista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCANJO, Maria Antonia Silva e OLIVEIRA, Ana Luíza Matos. *Para uma nova economia: SENAES e a Economia Solidária em Belém (PA)*, mimeo, 2016.

ARCANJO, Maria Antonia Silva e OLIVEIRA, Ana Luíza Matos. *A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária: avanços e retrocessos*. Revista Perseu, São Paulo, Centro Buarque de Holanda, volume 13, 2017, p. 231-249.

<https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/T07Perseu13.ARCANJOOLIVEIRA.pdf>

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005-2007, ANTEAG, São Paulo, Todos os Bichos, 2009.

BARBOSA, Rosângela N. *A economia solidária como política pública. Uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. SP: Cortez, 2007.

BIALOSKORSKI, Neto Sigismundo. *Aspectos Econômicos das Cooperativas*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

BLAY, Eva. 8 de março: conquistas e controvérsias, Revista Estudos Feministas, vol. 9, nº 2, 2001, p. 601-607. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8643>

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego MTE/SENAES. *Desafios para a política de Economia Solidária no Governo Federal de 2003 a 2010*, Brasília, DF, junho de 2012.

CANÇADO, Airton Cardoso. Para a apreensão de um conceito de cooperativa popular. *In Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, 29. 2005, Brasília. Anais... Brasília, 2005. 1 CD-ROM.

CARITAS; FBES. *Caderno sobre Economia Solidária e Feminista*, Brasília, 2016.

CNES (Conselho Nacional de Economia Solidária). *I Plano Nacional de Economia Solidária 2015-2019, Para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável*, Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_details&Itemid=18&gid=1947.

CORREA, Mariza. Trampas do traje. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 22, p. 185-200, jun. 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332004000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 22 de maio de 2007.

COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro. Editora Rosa dos Tempos, 1992.

COSTA, Jussara C. *Mulheres e Economia Solidária: hora de discutir a relação!* Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/15649/9881>

CULTI, Maria Nezilda. Mulheres na Economia Solidária: Desafios Sociais e Políticos. Disponível em: <http://www.unitrabalho.org.br/IMG/pdf/Mulheres-e-Economia-Solidaria.pdf>

GEBARA, Ivone. Cultura e Relações de Gênero, São Paulo, CEPIS, 2002.

GEBARA, Ivone. Gênero e Sexualidade: uma questão política, São Paulo, CEPIS, 2005.

HOFFMANN, Gleisi. Declaração dos direitos da mulher e da cidadã. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/gleisi13/declarao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidad>

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Economia Solidária e Políticas Públicas, As Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil : resultados de um levantamento nacional, nº 55, Mercado de Trabalho, agosto, 2013.
http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt55_econ02_empresas.pdf

LECHAT, Noëlle Marie Paule. As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil, Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares dia 20/03/2002. Disponível em: http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-3278_pt.html.

LIMA, Márcia Maria Tait; JESUS, Vanessa Brito de. Questões sobre gênero e tecnologia na construção da agroecologia. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 73-96, june 2017. ISSN 2316-8994. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ss/article/view/133644/129616>>. Acesso em: 09 July 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/51678-31662017000100005>.

MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia. Feminismo e Política: uma introdução, São Paulo, Boitempo, 2014.

NEVES, Ednalva Felix das. Percepções sobre as contradições e dificuldades de inserção e sobrevivência dos empreendimentos de economia solidária no mercado. 2016. 1 recurso online (292 p.). Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/321205>.

NOBRE, Miriam. Diálogos entre Economia Solidária e Economia Feminista. in FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. (Orgs.). Cadernos Sempre Viva. A produção do viver. São Paulo, nº 8, p. 91-94, dez. 2003.

NOBRE, Miriam. Mulheres e Economia Solidária, Porto Alegre, Editora Veraz e Unitrabalho, 2003.

OIT (Organização Internacional do Trabalho), Programa de Promoção da Formalização na América Latina e Caribe, Estudo de Caso: Brasil, 2014. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_245624.pdf

OLIVEIRA, Elizangela Magela. Transformação no mundo do trabalho, da revolução industrial aos nossos dias, Revista Caminho da Geografia, v. 5, nº 11, 2004. Disponível em: www.seer.ufu.br/index.php,caminhodageografia/article/view/15327/8626.

PESSOA, Cleudes; RAMOS, Jeannette F.P. e PEIXOTO, Socorro L.F. Economia Solidária e Feminista: reflexões em torno da autonomia econômica das mulheres. Setembro de 2008. Disponível em: http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-108_pt.html

PRIETO, Mercedes, “Elaborando el silencio: la subversivo del discurso de Sor Juana. respuesta de Sor Juana Inés de la Cruz”, en ICONOS no. 19, Flacso-Ecuador, Quito, 2004, pp.132-136. Disponível em: <<http://www.flacso.edu.ec/docs/prieto19.pdf>>. Acesso em 22 de maio de 2017.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade. São Paulo, Livraria Quatro Artes Editora, 1969.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. O poder do macho. 7ª ed., São Paulo, Editora Moderna, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, Patriarcado, Violência, São Paulo, Editora Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Graciete. Economia Solidária e Feminista um encontro possível. Disponível em: http://rededegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2016/03/economia_feminista_um_encontro_poss%C3%ADvel_graciete_santos1.pdf

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e Realidade, vol. 20, nº 2, Porto Alegre, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SINGER, Paul. A Força crescente da Economia Solidária. In. GUIMARÃES, Juarez (Org). As Novas Bases da Cidadania: políticas sociais, trabalho e previdência social. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2010.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2002.